

Relatório de Atividades e Contas de 2021



Aprovado em reunião de Direção de 29 de março de 2022 e apresentado
na Assembleia Geral de Parceiros em 29 de março de 2022

pl

INTRODUÇÃO	4
1. INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)	5
2. PROGRESSOS DA EDL EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS	8
Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER)	8
Avisos de Abertura de Concurso	8
Processo de Análise dos Pedidos de Apoio (PA)	9
Processo de Decisão dos Pedidos de Apoio (PA)	10
Processo de Contratação dos Pedidos de Apoio (PA)	11
Processo de Execução das operações aprovadas e contratualizadas (2021)	12
Síntese	13
3. INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO REALIZADAS	14
Avaliação da contribuição da EDL para o desenvolvimento rural, resultados e impactos, incluindo uma descrição da abordagem da avaliação e métodos escolhidos	14
Avaliação de questões temáticas	15
4 - MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E A EFICÁCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL	16
Informação sobre auditorias e controlos efetuados	16
Problemas encontrados na gestão da EDL e medidas corretivas	17
Relacionamento com a Autoridade de Gestão	18
Relacionamento com o Organismo Pagador	19
Articulação com outras medidas do PDR e outros instrumentos de Políticas do Território	19
Inclusão das verbas do regime de transição	20
5 - MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR OS REQUISITOS DE FUNCIONAMENTO, ANIMAÇÃO E DE PUBLICIDADE	22
Funcionamento e animação	22
6 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL E TRANSNACIONAL	23
Atividades de cooperação no âmbito do PDR2020	23
7. AUTORIDADE DE GESTÃO CENTRO 2020	24
Apoiar a Iniciativa Local – CENTRO 2020	24
Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIZÉ) - FEDER e FSE	24
Sistema de Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo (+ CO3SO Emprego) - FSE	24
+CO3SO Emprego Interior	25
+CO3SO Emprego Urbano	25
+CO3SO Emprego Empreendedorismo Social	26
8 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	27
PACTO 2020 - Informação	27
PACTO 2020 – REDE	28
Iniciativas Locais, Nacionais e Internacionais	28
Empreendedorismo	30
CLDS 4G - VIVER SANTA COMBA DÃO	31
9 - COOPERAÇÃO	39
10 – OUTROS ASSUNTOS	41

pl

11 - CONTAS 2021	44
Demonstração de Resultados por Naturezas	44
Balanco	47
CONCLUSÃO	48
ANEXOS	49
Balanco (31.12.2021)	50
Demonstração de Resultado por Natureza (31.12.2021)	51
Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Direto)	52
Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2021)	53
Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021	55

INTRODUÇÃO

No ano de 2021, pese embora a continuação de todos os constrangimentos decorrentes da situação pandémica que se arrasta desde início de 2020, a atividade da associação ajustou-se às contingências e às orientações sanitárias, em ordem a prosseguir a sua missão e a atingir os objetivos delineados para o ano ora em apreço.

Foi, um ano de intensa atividade quer na implementação dos instrumentos de intervenção no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), quer na participação e colaboração em diferentes iniciativas da região.

Com uma equipa técnica bem preparada e não menos motivada, embora reduzida, foi possível proporcionar um ritmo de alguma normalidade num período todo ele muito difícil e desafiante.

Além da implementação das diferentes medidas os projetos “Carta Gastronómica” e “Aldeias de Portugal” revelam-se contributos fundamentais para a ligação à comunidade e a afirmação da Estratégia de Desenvolvimento Local sendo, inegavelmente um contributo extremamente importante para as novas dinâmicas da região.

O empenho, a dedicação e o profissionalismo de toda a equipa também estão bem patentes nos resultados financeiros que ora se apresentam de forma detalhada aos associados.

Por último, mas não menos importante, estamos em crer que de forma humilde, mas determinante, continuamos a contribuir, para o desenvolvimento do nosso território de intervenção que corresponde aos municípios de Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela.

A Direção

ADICES, 29 de março de 2022

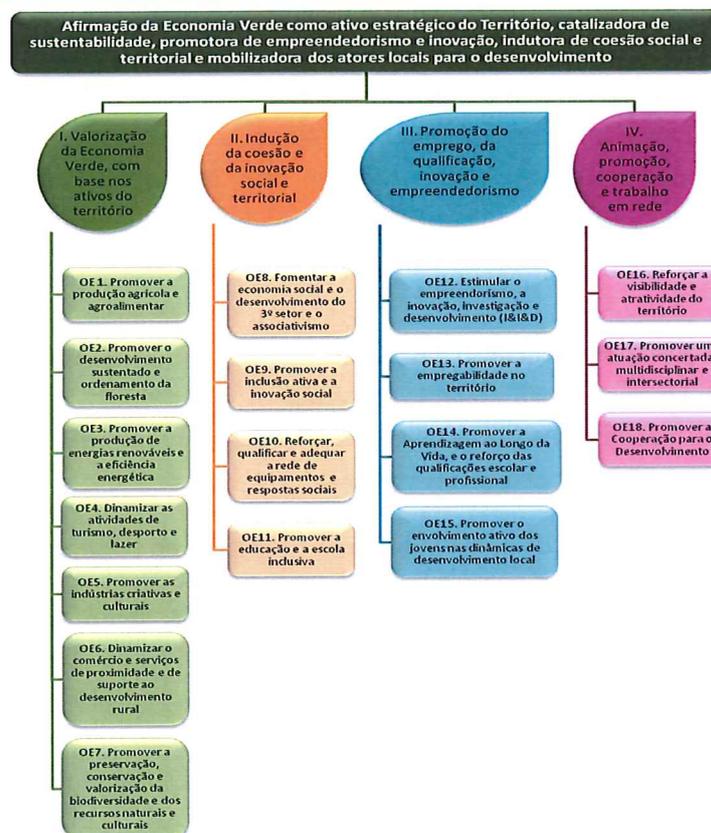
1. INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)

Aquando da elaboração do documento de suporte à candidatura ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural (DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020), a Estratégia que a ADICES se propôs realizar, assentava no objetivo geral: Promover a Qualidade de Vida e o Desenvolvimento Sustentável. À época, considerou-se e bem, que uma das principais condicionantes aos mecanismos e processos de desenvolvimento local se focalizava no baixo nível de qualificação das pessoas, das organizações e, genericamente, do território, bem como a falta de emprego como elo de fixação da população residente. Desse modo, foi definido um objetivo estratégico abrangente, integrado e multisetorial, construído com os atores locais e assumido e partilhado por estes, fortemente ancorado nos recursos do território (água, serra e floresta) os quais ganham um novo e renovado protagonismo ao serem reconhecidos como elementos aglutinadores e indutores de desenvolvimento. Neste contexto, a visão estratégica é:

A afirmação da Economia Verde como ativo estratégico do território, catalisadora da sustentabilidade, promotora de empreendedorismo e inovação, indutora de coesão social e territorial e mobilizadora dos atores locais para o desenvolvimento, era determinante. Ainda hoje continua a ser a mola impulsora que nos impele a lutar por este território.

Para a operacionalização desta visão, a EDL foi alicerçada em quatro (4) Eixos de Intervenção, decompostos em Objetivos Específicos (OE), apresentando-se de seguida uma breve síntese da sua fundamentação, assim como da vocação específica do DLBC para a sua concretização.

Síntese da Estratégia de Desenvolvimento Local - ADICES



R.

Eixo I. Valorização da Economia Verde, com base nos ativos do território

Este eixo deriva da focalização da EDL na valorização dos recursos e ativos do território (recursos naturais; produtos locais de qualidade; recurso culturais), numa perspetiva de estruturação de oportunidades em torno da denominada Economia Verde, contemplando uma dimensão centrada na sua valorização económica e empresarial, abrangendo um conjunto diversificado de atividades e setores, e outra de natureza mais ambiental e de promoção da preservação e valorização do uso dos recursos.

Objetivos Específicos:

- OE1. Promover a produção agrícola e agroalimentar
- OE2. Promover o desenvolvimento sustentado e ordenamento da floresta
- OE3. Promover a produção de energias renováveis e a eficiência energética
- OE4. Dinamizar as atividades de turismo, desporto e lazer
- OE5. Promover as indústrias criativas e culturais
- OE6. Dinamizar o comércio e serviços de proximidade e de suporte ao desenvolvimento rural
- OE7. Promover a preservação, conservação e valorização da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais

Eixo II. Indução da coesão e inovação social e territorial

Este eixo resulta da necessidade de promoção de uma maior integração entre o urbano-rural, de criação de amenidades para a retenção e atração de novas pessoas (nomeadamente jovens) e investimentos; de reforçar a melhoria da qualidade de vida da população residente, promovendo a inclusão ativa e contribuindo para combater os fenómenos de pobreza e exclusão social. Importa, também, atenuar e contrariar as tendências observadas de concentração da população e dos equipamentos e serviços nas sedes de concelho e freguesias limítrofes, com os espaços predominantemente rurais a sofrerem de problemas de desertificação e envelhecimento.

Objetivos Específicos:

- OE8. Fomentar a economia social, o desenvolvimento do terceiro setor e o associativismo
- OE9. Promover a inclusão ativa e a inovação social
- OE 10. Reforçar, qualificar e adequar a rede de equipamentos e respostas sociais
- OE11. Promover a educação e a escola inclusiva

Eixo III. Promoção do emprego, da qualificação, da inovação e do empreendedorismo

Este eixo pretende contribuir para uma resposta às necessidades identificadas quer de criação de condições de suporte e propiciadoras do alargamento do mercado de trabalho (nomeadamente, através do estímulo à criação de emprego, ao empreendedorismo qualificado criativo, tecnológico e de aproveitamento dos recursos locais), quer de ações que concorram para a promoção da empregabilidade no território. Pretende-se, igualmente, intervir ao nível do

reforço das qualificações escolares e profissionais e da promoção de uma cidadania ativa por parte dos jovens.

Objetivos Específicos:

- OE12. Estimular o empreendedorismo, a inovação, investigação e desenvolvimento (I&I&D)
- OE13. Promover a empregabilidade no território
- OE14. Promover a Aprendizagem ao Longo da Vida, e o reforço das qualificações escolar e profissional
- OE15. Promover o envolvimento ativo dos jovens nas dinâmicas de desenvolvimento local

Eixo IV. Animação, promoção, cooperação e trabalho em rede

Este eixo resulta da crescente necessidade quer de respostas multidisciplinares e intersectoriais, quer de valorização de mercado orientada para a promoção interna e externa dos seus ativos naturais, culturais e económicos, importando, igualmente, fomentar a adoção de novos modelos de organização e cooperação interinstitucional e interterritorial e capacitar dos atores locais para o trabalho em parceria, introduzindo uma cultura de trabalho em rede e de promoção conjunta, otimizando e concertando as intervenções a desenvolver, promovendo sinergias e complementaridades, contribuindo para a retenção e atração de empresas e investimento económico, assim como de residentes e de fluxos de visitantes e de turistas. Este Eixo tem ainda em vista contribuir para um aumento da procura de apoios para a modernização e qualificação das explorações e unidades industriais e para o despertar e acentuar do interesse pelas atividades da Economia Verde

Objetivos Específicos:

- OE16. Reforçar a visibilidade e atratividade do território
- OE17. Promover uma atuação concertada multidisciplinar e intersectorial
- OE18. Promover a Cooperação para o Desenvolvimento

Para além da definição e esquematização da EDL, foi também elaborada uma Matriz de Enquadramento Lógico da EDL que tinha como objetivo definir metas e analisar o impacto da implementação da EDL no território. Esta Matriz foi construída com base na EDL e as metas foram estabelecidas tendo por base os objetivos identificados para a Zona de Intervenção da ADICES.

2. PROGRESSOS DA EDL EM RELAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DEFINIDOS

Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER)
Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020.

Avisos de Abertura de Concurso

No âmbito da implementação do Pacto 2020 – Rotas de Desenvolvimento – Um compromisso para o território, e no que respeita a esta atividade, durante o ano de 2021 foram realizados cinco (5) Avisos de Abertura de Concurso, respetivamente: Operação 10.2.1.1 – Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola, Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas (incluindo uma medida específica para o armazenamento de vinho) e Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola.

Quadro n.º 1 – PDR2020 (concursos abertos em 2021 – prazos e dotação orçamental para a apresentação de candidaturas)

Implementação da EDL	Períodos de abertos no ano	Dotação Despesa Pública
10.2.1.1 Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola	De 01 de julho a 16 de agosto de 2021	47 665,10 €
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	De 28 de dezembro de 2020 a 15 de fevereiro de 2021	100 000,00 €
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas - Vinho	De 13 de outubro a 30 de novembro de 2021	100 000,00 €
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	De 23 de dezembro de 2021 a 15 de fevereiro de 2022	124 605,38 €
10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração agrícola	De 23 de dezembro de 2021 a 15 de fevereiro de 2022	200 000,00 €

No âmbito dos cinco (5) concursos realizados em 2021, foram rececionados 18 Pedidos de Apoio (PA) que totalizavam um investimento de 1.573.700,70€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 729.132,65€.

Conforme podemos verificar, através da análise do quadro seguinte, as candidaturas rececionadas estão distribuídas pela Operação 10.2.1.1 – Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola (8 candidaturas); Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas (4 candidatura); Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas – Medida específica ao armazenamento de vinho (1 candidatura); Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas (1 candidatura) e Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola (4 candidaturas).

pl

Quadro n.º 2 – PDR2020 (Investimento e ajuda pública propostos em concursos do ano 2021)

Operação	Dotação orçamental	Candidaturas apresentadas		
		N.º	Investimento Total	Comparticipação
10.2.1.1	47 665,10 €	8	251 416,33 €	125 708,17 €
10.2.1.2	100 000,00 €	4	355 081,98 €	159 786,89 €
10.2.1.2	100 000,00 €	1	22 000,00 €	11 000,00 €
10.2.1.2	124 605,38 €	1	199 918,50 €	99 959,25 €
10.2.1.3	200 000,00 €	4	745 283,89 €	332 678,34 €
TOTAL	572 270,48 €	18	1 573 700,70 €	729 132,65 €

Processo de Análise dos Pedidos de Apoio (PA)

O processo de análise, dos Pedidos de Apoio recebidos, iniciou após o termo de apresentação dos mesmos e foi realizado na plataforma eletrónica “Balcão 2020” do PDR2020 (PDR2020-BackOffice).

Este processo de análise tem de cumprir com o estabelecido na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual, bem como nas Orientações Técnicas Específicas (OTE's) e nas Normas de Análise respetivas, que implicam um conjunto de procedimentos de análise faseados e que, para além do trabalho técnico interno da ETL, originam a solicitação de esclarecimentos e processos de audiência prévia aos promotores das operações que, resumidamente se estrutura da seguinte forma:

- Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário;
- Verificação dos critérios de elegibilidade da operação;
- Verificação da documentação obrigatória;
- Verificação da coerência técnica, económica e financeira;
- Verificação da Despesa Elegível, níveis e limites aos apoios (inclui o apuro da razoabilidade de custos dos investimentos apresentados);
- Pedido de Esclarecimentos;
- Cálculo da Valia Global da Operação (VGO);
- Verificação das condicionantes do Pedido de Apoio;
- Parecer Final do Pedido de Apoio;
- Processo de Audiência Prévia;
- Hierarquização dos Pedidos de Apoio.

De registar que, para além da elevada carga burocrática, o processo de análise dos PA, devido a interpretações e orientações técnicas que, entretanto, vão sendo apresentadas aos GAL, alterando procedimentos e análises e que originam a necessidade de rever situações pontuais, contribui para a morosidade do processo de decisão.

Finda a análise de todas as candidaturas apresentadas no mesmo período e após a audiência dos interessados, o GAL procede à hierarquização das mesmas através do Sistema de Informação do PDR2020, em função da Valia Global da Operação (VGO), dos critérios de

A.

desempate estabelecidos nos Regimes de Aplicação e nos Anúncios de abertura, de acordo com a dotação orçamental definida para cada período de abertura, sendo, por fim, levada à decisão por parte do Órgão de Gestão (OG).

Processo de Decisão dos Pedidos de Apoio (PA)

A decisão final sobre a aprovação dos Pedidos de Apoio, decorre da deliberação do Órgão de Gestão da ADICES, em função da pontuação obtida no cálculo da VGO e até ao limite da dotação orçamental disponível. A decisão é sempre precedida de audição da Comissão de Gestão do PDR2020, a qual é efetuada mediante consulta escrita com a apresentação das listagens das candidaturas selecionadas para decisão. Após a consulta, a Gestora profere decisão final, em despacho exarado sobre as listagens das candidaturas e o relatório da consulta efetuada.

A notificação da decisão ao beneficiário é efetuada por via eletrónica, através do Sistema de Informação do PDR2020 e, após homologação da operação quando esta existir.

Assim, no decorrer da análise das 13 candidaturas rececionadas no decorrer dos 3 avisos de concurso com término em 2021, verificamos que existiram 7 candidaturas aprovadas, representando uma ajuda pública de 193.441,24€. Existiram 5 candidaturas que obtiveram parecer desfavorável. Relativamente à operação 10.2.1.2 – Armazenamento de vinho, a única candidatura apresentada acabou por proceder à desistência da mesma, em virtude de não se enquadrar na medida. Por fim, os últimos avisos de abertura de concurso só finalizaram em 2022, pelo que a sua análise só acontecerá nesse ano.

Quadro n.º 3 – PDR2020 (Investimento e ajuda pública aprovado em concursos do ano 2021)

Operação	Candidaturas Aprovadas			N.º postos trabalho criados
	N.º	Inv. Total	Comparticipação	
10.2.1.1 - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	5	148 807,34 €	74 403,78 €	5
10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	2	307 856,59 €	119 037,46 €	3
10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas: Vinho	0	0,00 €	0,00 €	0
10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	1	Concurso finalizou a 15.02.2022		
10.2.1.3 - Diversificação de atividades na Exploração Agrícola	4	Concurso finalizou a 15.02.2022		
TOTAL	12	456 663,93 €	193 441,24 €	8

Registe-se que, em termos de valores acumulados, dos projetos aprovados pela ADICES, a medida 10.2.1.1 é aquela onde se verifica uma maior incidência. Verificamos, também, que Tondela é o concelho em que mais projetos foram aprovados, seguido de perto pelo concelho de Águeda e Santa Comba Dão. Mortágua é o concelho onde se verifica uma dinâmica mais fraca.

Quadro n.º 4 – PDR2020 (Distribuição por concelho / Acumulado de projetos aprovados - ano 2021)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	27	9	1	27	22	86
10.2.1.2	2	4	2	0	6	14
10.2.1.3	2	5	1	0	2	10
10.2.1.4	0	0	1	1	2	4
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	3	1	2	2	3	11
TOTAL	34	19	7	30	35	125

Processo de Contratação dos Pedidos de Apoio (PA)

A comunicação dos dados de aprovação das candidaturas é realizada entre o sistema de informação da Autoridade de Gestão (AG) e o IFAP, IP via *web service* de interoperabilidade, para garantir a qualidade da informação e para que este último (IFAP) possa proceder à contratualização das operações aprovadas.

Importa registar, que neste processo o IFAP, I.P. poderá seleccionar um (ou mais) projeto(s) para efeitos de Controlo de Qualidade.

Após verificação dos dados e autorização da disponibilização dos termos de aceitação das operações pelo IFAP, é desencadeado automaticamente pelo Sistema de Informação do IFAP (SIIFAP), encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação do projeto.

O promotor recebe uma mensagem de correio eletrónico, para o endereço que consta da sua identificação de beneficiário (IB), a informar da disponibilização do termo e do prazo para a sua aceitação. A assinatura deste é efetuada digitalmente, através do utilizador e palavra-chave do beneficiário, sendo que após a sua assinatura, o formulário do pedido de pagamento fica disponível para a sua formalização.

Importa registar que, torna-se fundamental a atualização do endereço eletrónico da Identificação do Beneficiário (IB) para evitar constrangimentos desnecessários.

Neste contexto e, no conjunto das operações contratualizadas, registamos a existência de 84 candidaturas que, tendo obtido a candidatura aprovada, procederam à sua contratação. De igual modo, verificamos que Tondela é o concelho em que mais projetos foram contratados, seguido de perto pelo concelho de Santa Comba Dão. Águeda é o concelho onde se registou o maior número de candidaturas aprovadas que não contratualiza/desiste da execução das operações.

Quadro n.º 5 – PDR2020 (Distribuição por concelho dos projetos contratualizados)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	13	7	0	20	14	54
10.2.1.2	1	4	2	0	5	12
10.2.1.3	1	4	1	0	2	8
10.2.1.4	0	0	1	0	1	2
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	1	1	2	2	2	8
TOTAL	16	16	6	22	24	84

Processo de Execução das operações aprovadas e contratualizadas (2021)

O trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2021 serviu de base para a execução financeira da ADICES, para o atual período de atuação, refletindo-se positivamente na aprovação e acompanhamento de projetos de relevância para o território, fomentando e incentivando ao investimento local e prosseguindo com os objetivos inscritos no âmbito do PACTO 2020 e sua Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL).

Importa recordar que a execução da EDL resulta de uma intervenção plurianual, tratando-se de um trabalho pluridisciplinar de continuidade, construído em torno de um sistema cíclico de abertura de candidaturas, análise de candidaturas, aprovação de pedidos de apoio, contratação e execução de projetos.

Atendendo aos diferentes ritmos de trabalho encetados não somente pelo GAL ADICES, como pelos beneficiários do programa, verifica-se com frequência a sobreposição e ocorrência simultânea de momentos distintos nas fases de operacionalidade da EDL e da execução das operações.

Esta situação foi particularmente evidente na execução da EDL no ano de 2021, em que, além do processo de análise, aprovação e contratação das operações, na sequência dos concursos realizados, foi ainda iniciado o acompanhamento da execução física e financeira das mesmas, conforme refletido no quadro n.º 6.

Quadro n.º 6 – PDR2020 (Nº de projetos com execução registados – acumulado no ano 2021)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	21	14	0	26	21	82
10.2.1.2	2	4	2	0	8	16
10.2.1.3	1	7	1	0	8	17
10.2.1.4	0	0	0	1	1	2
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	1	2	3	3	1	10
TOTAL	25	27	6	30	39	127

Registe-se que, para 2022, a ADICES tem prevista ações de acompanhamento, esclarecimento e apoio aos potenciais beneficiários, para que estes apresentem as suas ideias de negócio devidamente fundamentadas e organizadas e em conformidade com os aspetos legais exigidos nos avisos de abertura de concurso, com vista ao conseguimento das metas e indicadores do programa.

Imagens de alguns projetos apoiados pelo PACTO 2020



Síntese

O ano 2021 corresponde a um momento crucial na atividade deste GAL decorrente do cumprimento das metas estabelecidas para este período de programação 2014/2020.

Pese embora o comprovado desajuste entre o definido na elaboração da EDL, o contratualizado e depois a produção legislativa que lhe deu suporte, os dados ora apresentados correspondem a um enorme esforço de toda a equipa desde logo na divulgação das medidas, no atendimento prestado através das mais variadas formas e nos critérios e análise técnica das candidaturas entradas.

Num conjunto enorme adversidade (incêndios de 2017, a que se somou a pandemia 2020 E 2021), os valores atingidos até 31 de dezembro de 2021 são encorajadores para continuarmos a lutar por um território mais desenvolvido e sustentável.

3. INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO REALIZADAS

O processo de avaliação é implementado através das reuniões com a equipa técnica, nos relatórios de projeto e, ao nível da Direção, nas reuniões mensais, bem como nos relatórios de atividades a ser apresentado em Assembleia-Geral/Assembleia de Parceiros. Esta avaliação segue a lógica de avaliações “*ex-ante*”, “*on-going*” e “*ex-post*”.

Relativamente a este tema tão importante, importa referir que se encontra prevista uma metodologia *on-going* implementada a diversos níveis: pela Equipa Técnica Local (ETL) no acompanhamento, esclarecimento e monitorização contínua dos Pedidos de Apoio, pela ETL nas reuniões semanais da equipa com a monitorização regular do plano de trabalho consubstanciado em relatórios e programações semanais; pelo OG com a avaliação dos resultados atingidos; nas reuniões da Assembleia-geral da ADICES, nas quais é apresentado um relatório que contemple a prossecução dos objetivos de natureza qualitativa e quantitativa, incluindo os indicadores de resultado, realização e de impacto.

As Plataformas de Intervenção, também, são envolvidas no processo de avaliação, mas ao nível sectorial.

Avaliação da contribuição da EDL para o desenvolvimento rural, resultados e impactos, incluindo uma descrição da abordagem da avaliação e métodos escolhidos

A atuação do GAL ADICES ao nível da gestão e implementação da sua Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) rege-se por um conjunto de instrumentos onde se integram o manual de procedimentos, a regulamentação nacional e comunitária e as orientações definidas pelos vários organismos que a regulam. Todos estes documentos constituem, em si próprios, mecanismos reguladores e de monitorização e avaliação das atividades desenvolvidas.

Internamente, a ADICES construiu um documento, designado de “Monitorização”, onde procede ao registo de informação, com o objetivo de gerir e acompanhar todos os projetos desde a sua entrada até à sua conclusão, a saber:

- Receção de PA;
- Datas de contratação e execução;
- Postos de trabalho;
- Execução Financeira;
- Taxas de execução por operação.

Este documento constitui a base de trabalho, monitorização e avaliação de cada projeto individualmente e da EDL em geral, realizado regularmente pela ETL e de onde é gerada a informação apresentada nas reuniões de Direção e do Órgão de Gestão da ADICES.

Importa referir que este documento integra a mesma informação inserida no *Dashboard* do PDR2020, permitindo trabalhar e gerar informação estatística de forma mais abrangente e específica.

R.

Importa, ainda, referir a importância da realização dos controlos de qualidade realizados, quer pela ETL a todos os Pedidos de Apoio e Pedidos de Pagamento recebidos, quer por parte da AG PDR2020 e do IFAP, I.P., nos seus próprios contros administrativos e *in loco*. Se no primeiro caso, os controlos administrativos permitem à equipa da ETL um maior e mais profundo conhecimento sobre os beneficiários e sobre os seus projetos, as suas dificuldades e os seus ritmos de trabalho, no segundo caso, verifica-se uma avaliação dos projetos em análise, mas também dos procedimentos e metodologias de trabalho adotadas pela ETL. Neste caso, são usuais as sugestões / propostas de melhoria apresentadas para, posteriormente, serem incorporadas pela ETL.

Outro importante instrumento de avaliação, que deriva igualmente dos anteriormente identificados, consiste na elaboração de relatórios de projeto e de relatórios anuais de execução da EDL. Importa destacar que os relatórios anuais, construídos no início de cada ano civil e reportando ao ano anterior, são sempre alvo de aprovação em reunião de OG, Direção e Assembleia Geral/Assembleia de Parceiros.

Avaliação de questões temáticas

As metodologias, procedimentos e instrumentos de avaliação aplicados pela ADICES permitem garantir uma constante e permanente monitorização e avaliação da execução da EDL, assim como sinalizar desvios e necessidades de ajustamento à estratégia implementada e aos procedimentos adotados pelo GAL nas várias fases da gestão e implementação da EDL.

Para este efeito contribuem as deliberações tomadas pelo OG, relativamente à abertura de concursos, à aprovação de PA, ao procedimento de assinatura dos termos de aceitação e ao ajustamento orçamental da EDL.

Relativamente aos procedimentos adotados pela ETL verificou-se a necessidade de se adaptar e evoluir ao nível da forma e metodologia de trabalho, visando uma maior eficiência e rapidez nos tempos de resposta. A atualização e melhoramento de metodologias e instrumentos de avaliação, nomeadamente face a um novo desafio - iniciativa agrícola, constitui particular relevância na medida em que o trabalho desenvolvido não é estanque, está em permanente evolução e pode ser alvo de alterações e ajustamento em função de diferentes orientações que vão surgindo, quer por parte dos organismos reguladores da EDL, quer de outras fontes de decisão.

4 - MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR A QUALIDADE E A EFICÁCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDL

Os projetos, as operações e a EDL são objeto, durante e após a sua concretização, de ações de controlo, em cumprimento com os procedimentos especificados na legislação comunitária e nacional aplicável, e no **DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020**, e atentos os dispositivos existentes para o efeito.

Conforme se encontra definido no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, a ADICES deve realizar os controlos administrativos a todos os pedidos de apoio, pedidos de pagamento ou outras declarações que os beneficiários ou terceiros apresentem e que possam ser controlados por meios administrativos.

Ao nível do controlo administrativo dos Pedidos de Apoio, a verificação incide sobre:

- a) Da elegibilidade do beneficiário, candidato ao apoio;
- b) Da elegibilidade da operação para a qual o é solicitado o apoio;
- c) Do respeito dos critérios de seleção definidos para a operação;
- d) Da conformidade da operação para a qual é solicitado o apoio com as regras nacionais e comunitárias que digam nomeadamente respeito, se for caso disso, aos contratos públicos e às ajudas estatais, bem como as outras normas obrigatórias pertinentes estabelecidas pela legislação nacional e do FEADER;
- e) Do carácter razoável dos custos propostos, que serão avaliados através de um sistema de avaliação adequado, tais como custos de referência e/ou comparação de diferentes propostas.

Quanto ao controlo administrativo dos Pedidos de Pagamento, estes incluem, quando aplicável, as seguintes verificações:

- a) Da entrega dos produtos e serviços cofinanciados;
- b) Da realidade das despesas declaradas;
- c) Da operação concluída por comparação com a operação para a qual o pedido de apoio foi apresentado e concedido.

Informação sobre auditorias e controlos efetuados

A ADICES efetuou verificação física ao local objeto de apoio a todos os Pedidos de Apoio recebidos e admitidos a concurso. De igual modo, também tem previsto a realização de visitas físicas no âmbito da apresentação de Pedidos de Pagamento, de acordo com o previsto nos regulamentos e procedimentos aplicáveis.

No decurso do ano de 2021, foram efetuados 7 controlos, distribuídos da seguinte forma:

- Controlo de Qualidade efetuado pelo PDR2020: para efeitos de verificação dos procedimentos de análise (1 PA da operação 10.2.1.1 e 1 PA da operação 10.2.1.2) - concluídos com resultado "Análise conforme";
- Homologação de concursos efetuado pelo PDR2020: para efeitos de contratação das candidaturas aprovadas às operações 10.2.1.1 (1) e 10.2.1.2 (1);

- Controlo de Qualidade *in Loco* efetuados pela DRAPC, mas promovido pelo IFAP, I.P.: para efeitos de verificação dos procedimentos de análise (1 CAD da operação 10.2.1.2);
- Visita de acompanhamento do IFAP, I.P., às instalações da ADICES, no âmbito do protocolo de delegação de funções estabelecido entre as duas entidades: para efeitos de verificação dos procedimentos de análise (1 PA da operação 10.2.1.2 e 1 PA da operação 10.2.1.3) – a aguardar resultado;
- Controlo de Qualidade efetuado pelo Inspeção-Geral de Finanças (IGF): não foram realizados quaisquer controlos por parte dessa entidade;
- Controlo de Qualidade efetuado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE): não foram realizados quaisquer controlos por parte dessa entidade.

Registamos que uma das dificuldades sentidas, neste ano, e que criaram constrangimentos na execução das operações foram os controlos efetuados pelo PDR2020, que proporcionam atrasos na contratualização dos Pedidos de Apoio, uma vez que tornam os processos morosos, colocando em causa o resultado das análises efetuadas e tomadas de decisão. Registe-se que temos duas situações idênticas: controlo de qualidade, que por norma são efetuados às últimas candidaturas analisadas e que, fase à sua necessidade, não permitem a conclusão do aviso de concurso e, após o processo de decisão do Órgão de Gestão do GAL ADICES, o processo de homologação do concurso. Neste último, apenas faz com que a candidatura avaliada não avance para contratação. No entanto, verificamos que esses procedimentos estão cada vez a ser mais morosos.

Importa, no entanto, destacar que da realização destes controlos resultam habitualmente recomendações e sugestões de melhoria por parte das entidades auditoras, relativamente a procedimentos e metodologias de atuação a implementar pela ETL.

Problemas encontrados na gestão da EDL e medidas corretivas

A abordagem DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020 tem-se vindo a afirmar como um instrumento preponderante no território de intervenção da ADICES. Embora se considere que, ao longo dos últimos quadros comunitários, os procedimentos têm-se tornado demasiadamente burocráticos, a verdade é que os beneficiários continuam a considerar este os quadros comunitários como uma alternativa/oportunidade para a realização dos seus pequenos investimentos. Assim, continuamos a verificar, na Zona de Intervenção da ADICES, um elevado interesse por parte das populações relativamente à abertura de concursos, conforme refletido nos atendimentos realizados no arranque do presente quadro de apoio.

Cada vez mais a experiência da ADICES, consubstanciada nos seus 31 anos de atividade na gestão de programas comunitários, nos conduz à certeza que é fundamental rever a metodologia de apresentação e de análise dos Pedidos de Apoio, com vista a aliviar a carga burocrática em termos administrativos, sob pena do processo de análise se tornar muito longo. É da nossa opinião que, as características deste Programa, não se coadunam com as características dos potenciais beneficiários a que se destina – agricultores e/ou agrupamentos de produtores. A elevada burocracia de todo o processo de candidatura e posterior execução são o maior obstáculo com que os Técnicos Analistas e beneficiários se deparam todos os dias.

Para além da elevada carga burocrática, o processo de análise dos Pedidos de Apoio, devido a interpretações e orientações técnicas que, entretanto, vão sendo apresentadas aos GAL, alterando procedimentos e análises e que originam a necessidade de rever situações pontuais, contribui também para a morosidade do processo de decisão. É da nossa opinião que, o procedimento inicial neste quadro, em partilhar com todos os GAL as dúvidas e esclarecimentos, era fundamental para a uniformização de processos e o alívio de envio de questões à Autoridade de Gestão.

As metodologias, procedimentos e instrumentos de avaliação aplicados pela ADICES permitem garantir uma constante e permanente monitorização e avaliação da execução da EDL, assim como sinalizar desvios e necessidades de ajustamento à estratégia implementada e aos procedimentos adotados pelo GAL nas várias fases da gestão e implementação da EDL.

Para este efeito contribuem as deliberações tomadas pela OG, relativamente à abertura de concursos, à aprovação de PA, ao procedimento de assinatura dos termos de aceitação e ao ajustamento orçamental da EDL.

Relativamente aos procedimentos adotados pela ETL verificou-se a necessidade de se adaptar e evoluir ao nível da forma e metodologia de trabalho, visando uma maior eficiência e rapidez nos tempos de resposta. A atualização e melhoramento de metodologias e instrumentos de avaliação, nomeadamente face a um novo desafio - iniciativa agrícola, constitui particular relevância na medida em que o trabalho desenvolvido não é estanque, está em permanente evolução e pode ser alvo de alterações e ajustamento em função das orientações diversas que vão surgindo, quer por parte dos organismos reguladores da EDL, quer de outras fontes de decisão.

Relacionamento com a Autoridade de Gestão

O trabalho de preparação, desenvolvimento e consolidação da EDL, implica um relacionamento direto e permanente entre a ADICES e a Autoridade de Gestão do PDR2020, em conformidade com os procedimentos e orientações definidos nos regulamentos para a implementação das Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Durante o ano de 2021 verificou-se um contacto regular por correio eletrónico e contacto telefónico entre o GAL ADICES e a AG PDR2020, diretamente relacionado com as fases de trabalho e execução da EDL, indo desde a preparação de documentação no âmbito dos avisos de abertura de concurso, controlos efetuados, execução e acompanhamento dos projetos aprovados.

De uma forma geral, verificou-se uma grande diligência entre ambas as partes, no cumprimento das suas respetivas obrigações regulamentares. Frequentemente, foi solicitado o auxílio da AG PDR2020 para o esclarecimento de dúvidas e a opinião sobre alguns casos particulares decorrentes do processo de análise das candidaturas, permitindo o desbloqueio de alguns impedimentos ao regular desenvolvimento da EDL, mas também no acesso ao overbooking do programa, de modo a conseguirmos dotação financeira em todas as candidaturas aprovadas, com o objetivo de conseguirmos uma taxa de execução de, pelo menos, 100%.

Paralelamente, o GAL ADICES procurou também ser diligente na prestação da informação e documentação solicitada pela AG PDR2020, que ao nível da regular execução da EDL, quer ao nível dos controlos de qualidade realizados por esta entidade.

Relacionamento com o Organismo Pagador

À semelhança do que acontece com a AG PDR2020, também o relacionamento entre a ADICES e o IFAP, I.P. decorreu em cumprimento dos procedimentos e orientações aplicáveis, pese embora o envolvimento com o IFAP, I.P. se realiza sobretudo ao nível da execução dos Pedidos de Apoio.

No entanto, é importante referir que, em 2021, o relacionamento passou a ser mais constante, não só pela existência de reuniões técnicas mensais, mas, também, pela receção de um maior número de controlos administrativos (pedidos de reembolso).

No entanto, sempre que existe alguma dúvida relativo à execução e a pedidos de pagamento, verifica-se o contacto entre as duas entidades, que ocorre de forma regular. Registe-se que, nem sempre, tem sido facultada resposta, em tempo razoável, às questões colocadas ao info.pagamentos@ifap.pt, sendo claramente esse o ponto que consideramos ser necessário melhorar.

Articulação com outras medidas do PDR e outros instrumentos de Políticas do Território

Conforme se encontra definido na sua estratégia de atuação, a implementação da EDL segue uma lógica de permanente articulação e complementaridade entre as várias atividades, projetos e programas dinamizados pela ADICES e entre as demais iniciativas, projetos e programas desenvolvidos por entidades externas no território de intervenção do GAL ADICES.

Assim, verificamos por um lado, que internamente a estratégia de atuação da ADICES procura complementar-se em todas as suas vertentes de atuação, nomeadamente através da articulação entre:

- Sistema de Incentivos aos Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E);
- Trabalho em parceria e a participação em projetos e iniciativas desenvolvidas local ou regionalmente, permitem potenciar e aprofundar o conhecimento do território e o envolvimento com o trabalho desenvolvido por entidades parceiras e associadas.

Por outro lado, importa relembrar que a implementação da EDL, conforme se encontra definida na sua candidatura, procura articular e complementar com as demais políticas de âmbito nacional, regional, local e sectorial aplicáveis ao território de intervenção deste GAL.

Imagens de alguns projetos apoiados pelo PACTO 2020



Inclusão das verbas do regime de transição

Na sequência da aplicação dos critérios de atribuição das verbas do regime de transição aos Grupos de Ação Local, de acordo com as regras oportunamente acordadas, a ADICES viu o seu valor de despesa pública atribuído à Ação 10.2 «Implementação das EDL» aumentado em 638.080,60€ (Despesa Pública), pelo que o total da verba afeta à EDL passou a ser de 3.456.939,13€ (Despesa Pública).

Assim, tendo existido a necessidade de alterar o protocolo de articulação funcional entre a AG do PDR2020 e o GAL ADICES, foi definida a seguinte distribuição do valor total por cada uma das 6 operações da ação 10.2:

Eixo/Medida do Programa	Nº Projetos apoiados		Nº Empregos criados		Nº de Explorações apoiadas		Nº de Beneficiários apoiados		Proposta Inicial	Proposta de Dotação Regime Transição	Proposta de Dotação DP
	Meta 2018	Meta 2025	Meta 2018	Meta 2025	Meta 2018	Meta 2025	Meta 2018	Meta 2025			
Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	18	60	3	7	16	45	16	45	952 191,85 €	133 014,85 €	831 555,52 €
Pequenos investimentos na transformação e comercialização	5	15	4	12	1	11	5	11	666 666,67 €	50 000,00 €	844 169,30 €
Diversificação de atividades na exploração	4	11	4	10	4	11	4	11	555 555,56 €	200 000,00 €	767 697,88 €
Cadeias curtas e mercados locais	3	3	2	2	1	1	3	3	300 000,00 €	0,00 €	134 555,02 €
Promoção de produtos de qualidade locais	5	0	0	0	1	0	5	0	50 000,00 €	0,00 €	0,00 €
Renovação de aldeias	4	11	0	0	0	0	4	11	294 444,44 €	0,00 €	878 961,41 €
TOTAL	39	100	13	31	23	68	37	81	2 818 858,52 €	383 014,85 €	3 456 939,13 €

Re

5 - MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR OS REQUISITOS DE FUNCIONAMENTO, ANIMAÇÃO E DE PUBLICIDADE

Funcionamento e animação

O modelo de governação que foi adotado para o funcionamento do GAL ADICES foi estruturado tendo por base as experiências no território desenvolvidas nos últimos 31 anos.

O GAL ADICES é composto por diferentes estruturas: Direção, Estrutura Técnica Local (ETL), Órgão de Gestão (OG) e pela Assembleia-geral de parceiros (A.G. ADICES), que se relacionam numa lógica de interdependência e de coresponsabilização, estando garantida a segregação de funções e a fiscalização sucessiva da sua atuação, de modo a implementar um circuito de gestão transparente e eficaz.

Cabe à Direção definir toda a estratégia de atuação e providenciar os meios e os recursos necessários à implementação quer da EDL, quer de outras respostas entendidas como fundamentais para o desenvolvimento do seu território de intervenção.

A ETL é composta por um Coordenador e por Técnicos com formação multidisciplinar, detentores de vasta experiência e comprovadas competências na gestão e implementação de estratégias e projetos de desenvolvimento local desde 1991, possuindo ainda um vasto conhecimento do território, dos parceiros e das dinâmicas instituídas.

Ao **OG** compete a definição das orientações gerais necessárias à rigorosa implementação da EDL, no respeito pelas decisões da AG, transmitindo as suas deliberações à ETL para execução. Tomará a decisão sobre os Projetos de investimento e respetivos indicadores de resultado, com base nos pareceres técnicos da ETL. O OG do GAL ADICES é constituído por 7 membros, representativos da diversidade económica e social do Território, sendo que os parceiros de direito privado estão em maioria.

A AG como órgão máximo da ADICES onde têm assento todos os 60 Parceiros, reúne em condições normais em plenário bianual, tendo como competência a validação da EDL e qualquer alteração que seja promovida, devendo-se pronunciar sobre toda e qualquer informação indispensável à execução do programa e à concretização da Estratégia, apresentando propostas e sugestões que visem melhorar o funcionamento do GAL e a implementação da EDL.

6 - INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL E TRANSNACIONAL

Atividades de cooperação no âmbito do PDR2020

Importa referir que, em 2021, foram tratadas duas candidaturas no âmbito da Cooperação, a saber:

- **“Green Economy – uso múltiplo da floresta”**, em parceria com os GAL nacionais AD ELO e Dueceira, a par dos internacionais, oriundos da Suécia, Finlândia e Luxemburgo. Com esta candidatura pretendeu-se:
 - ✓ Conhecer diferentes usos sustentáveis da floresta nas áreas de produtos, recurso, energia e turismo, entre outros;
 - ✓ Conhecer sistemas florestais europeus de características diferenciadas;
 - ✓ Conhecer diferentes sistemas de gestão florestal;
 - ✓ Contribuir para a troca de experiências entre territórios sobre a temática subjacente à iniciativa através da valorização dos recursos endógenos, valorização ambiental e aproveitamento económico.
- Este projecto teve a sua conclusão durante o ano de 2021

- **“Aldeias de Portugal”** elaborada em parceria com 14 GAL’s nacionais e visa promover a capacidade e animação do nosso território através da classificação de uma aldeia em cada um dos nossos cinco municípios. Face às múltiplas dimensões da problemática social destes territórios, é nossa convicção que nenhum território por mais estagnado que pareça, não possua potencialidades que possam ser valorizadas e estimuladas. A Direção sendo sensível a esta problemática validou esta candidatura visando a classificação de Aldeia de Portugal das localidades de Macinhata do Vouga (Águeda); Oliveira do Conde (Carregal do Sal); Marmeleira (Mortágua); Couto de Mosteiro (Santa Comba Dão) e Jueus (Tondela). Esta candidatura totalizou 84 900,00 euros.

Ad.

7. AUTORIDADE DE GESTÃO CENTRO 2020

Apoiar a Iniciativa Local – CENTRO 2020

Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020 (projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas, ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios), em articulação com a CCDRC e através de apoios multifundos: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE).

Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIZÉ) - FEDER e FSE

O SIZÉ - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego foi lançado no contexto dos apoios do Portugal 2020, pela Portaria nº 105/2017 de 10 março, com o principal objetivo de promover o empreendedorismo e a criação de emprego, assente numa lógica de estimular pequenos negócios em territórios de baixa densidade ou em territórios com elevado índice de desemprego.

O SIZÉ previa a aplicação de fundos da União Europeia para a criação de micro e pequenas empresas e/ou a expansão ou modernização de micro e pequenas empresas, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE), e gerido por Grupos de Ação Local (Investimentos até 100 mil Euros) e Comunidades Intermunicipais (Investimentos entre 100 e 235 mil Euros).

Destinava-se a micro e pequenas empresas, incluindo entidades que exerçam uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar, sociedades de pessoas ou associações que exerçam regularmente uma atividade económica, com o objetivo de promover a inovação no tecido empresarial, serviços e processos que suportem a sua progressão na cadeia de valor, estimular a criação líquida de postos de trabalho e estimular o empreendedorismo qualificado e o investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento.

Sistema de Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo (+ CO3SO Emprego) - FSE

O + CO3SO Emprego - Sistema de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo foi lançado no contexto dos apoios do Portugal 2020, pela Portaria nº 52/2020, de 28 de fevereiro, com o principal objetivo de conferir apoios à criação de emprego e ao empreendedorismo, incluindo empreendedorismo social, previstos nos Programas Operacionais Regionais (POR) do Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, e Algarve, mediante cofinanciamento do Fundo Social Europeu (FSE). Esta medida visa o financiamento de micro, pequenas e médias empresas (PME) e para Entidades da Economia Social como Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações e Fundações, Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, entre outros.

Tratou-se de uma medida direcionada para o combate ao desemprego em Portugal, que possuía níveis não verificados há mais de uma década, e considerando a importância vital de continuar a dinamizar o território, através de iniciativas de criação de emprego e de estímulo ao empreendedorismo local nos Programas Operacionais Regionais (POR), adotou-se um sistema

de apoio às iniciativas mais focado nas pessoas e no mercado de emprego, mobilizando as competências individuais e alinhado com as orientações do Programa Nacional de Reformas e com as Recomendações do Semestre Europeu. Visava contribuir para a redução da segmentação do mercado de trabalho, através da contratação sem termo, que em Portugal, apesar dos progressos dos últimos anos ainda se encontrava aquém dos números da média europeia.

Sendo o FSE o principal instrumento europeu para promover o emprego, a existência de operações apoiadas por um único fundo promove a simplificação de processos, através da redução dos custos de transação (quer para os beneficiários, quer para a gestão dos fundos). Este apoio é atribuído ao longo de 36 meses, sob a forma de subvenção não reembolsável (a fundo perdido), comparticipada integralmente (a 100%) os custos diretos com os postos de trabalho criados (salários e contribuições para a Segurança Social a cargo do empregador), bem como um adicional de 40% sobre esses mesmos custos.

O + CO3SO Emprego é operacionalizado com opção pelas seguintes modalidades:

+CO3SO Emprego Interior

Esta medida é destinada aos territórios do Interior do país, através do apoio à criação de novos postos de trabalho, cujo apoio por cada trabalhador contratado poderá ser até 2,5 IAS por mês. Ao fim de 36 meses, este apoio poderá chegar aos 200.000 euros. Poderá, ainda, ser majorado nos seguintes casos:

- Criação de emprego em novas empresas (com início de atividade há menos de cinco anos);
- Criação de emprego para pessoas com condições especiais (beneficiários do rendimento social de inserção, vítimas de violência doméstica, refugiados, pessoas que integrem famílias monoparentais, pessoas em situação de sem abrigo, entre outros);
- Criação de emprego na sequência de investimentos da diáspora.

Foram apresentadas 63 candidaturas propondo a criação líquida de 123 postos de trabalho, solicitando um apoio de 2.145.318,65€. Após a fase de análise, foram propostas a aprovação de 34 candidaturas à CCDRC, com um apoio de 3.060.582,58€ na criação líquida de 58 PT. Registe-se que a decisão final de aprovação foi efetuada pela CCDRC, cujo reforço orçamental (a dotação orçamental do concurso era apenas de 285.000,00€) permitiu a contratualização de 17 candidaturas, com um apoio de 1.623.133,08€ e a criação líquida de 32 PT.

+CO3SO Emprego Urbano

É uma medida destinada aos territórios urbanos (não de baixa densidade) e poderá apoiar cada posto de trabalho até ao máximo de 2 IAS por mês. Ao fim de 36 meses, este apoio poderá chegar ao máximo de 200.000 euros. Poderá, ainda, ser majorado nos seguintes casos:

- Criação de emprego em novas empresas (com início de atividade há menos de cinco anos);

- Criação de emprego para pessoas com condições especiais (beneficiários do rendimento social de inserção, vítimas de violência doméstica, refugiados, pessoas que integrem famílias monoparentais, pessoas em situação de sem abrigo, entre outros);
- Criação de emprego na sequência de investimentos da diáspora.

Foram apresentadas 19 candidaturas propondo a criação líquida de 38 postos de trabalho, solicitando um apoio de 1.888.332,90€. Após a fase de análise, foram propostas a aprovação de 13 candidaturas à CCDRC, com um apoio de 1.385.367,17€ na criação líquida de 29 PT. Registe-se que a decisão final de aprovação foi efetuada pela CCDRC, cujo reforço orçamental (a dotação orçamental do concurso era apenas de 120.937,27€) permitiu a contratualização de 6 candidaturas, com um apoio de 714.217,94€ e a criação líquida de 14 PT.

+CO3SO Emprego Empreendedorismo Social

Trata-se de uma medida destinada a apoiar a criação de postos de trabalho em projetos de empreendedorismo social em todo o território de Portugal continental, quando criados até ao limite de 200.000€. O apoio máximo por cada novo trabalhador poderá ser de 3 IAS com uma duração máxima de 36 meses.

Foram apresentadas 11 candidaturas propondo a criação líquida de 30 postos de trabalho, solicitando um apoio de 1.127.894,41€. Após a fase de análise, foram propostas a aprovação de 5 candidaturas à CCDRC, com um apoio de 501.283,93€ na criação líquida de 11 PT. Registe-se que a decisão final de aprovação foi efetuada pela CCDRC, cujo reforço orçamental (a dotação orçamental do concurso era apenas de 415.000,00€) permitiu a contratualização da totalidade das 5 candidaturas aprovadas.

Imagens de alguns projetos apoiados pelo Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E)

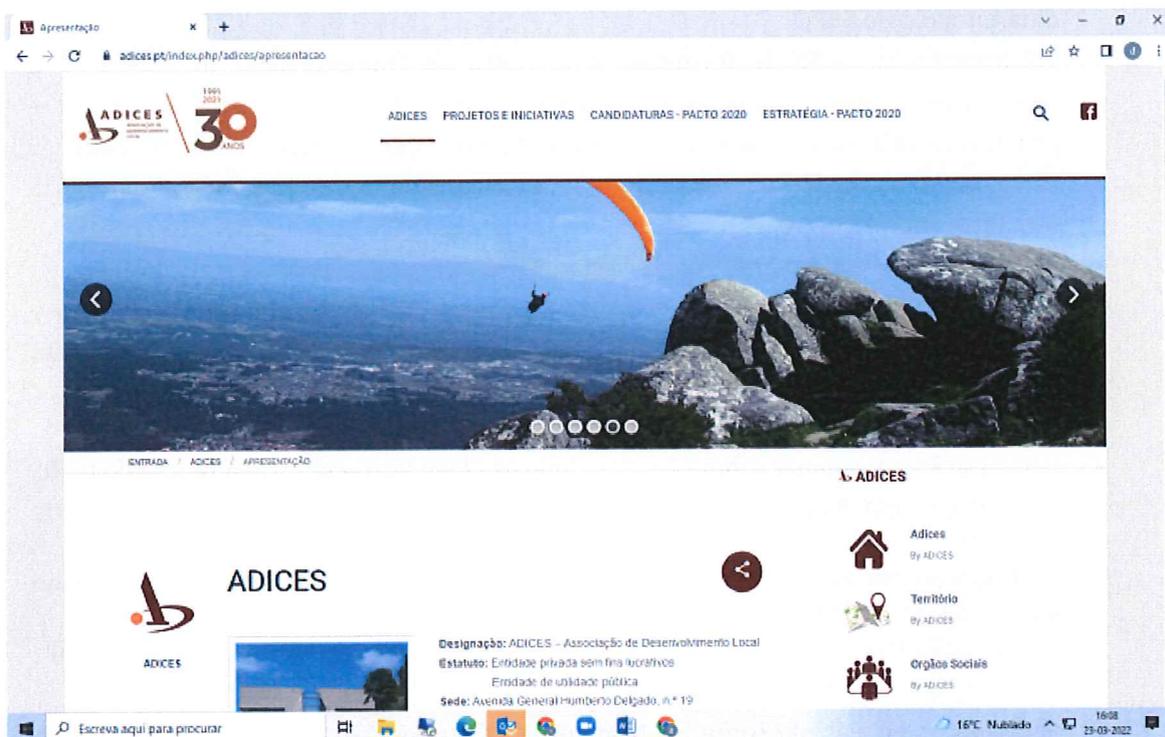


8 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Diariamente a Associação participou em diversos fóruns de discussão (Comunidades Intermunicipais, reuniões entre GAL's, reuniões com Autoridade de Gestão e IFAP, entre tantas outras).

PACTO 2020 - Informação

A ADICES deu continuidade a um conjunto de iniciativas promotoras de circulação e disponibilização de informação relevante para o território com o objetivo de envolver ativamente os parceiros e criar dinâmicas e mecanismos de transferência de informação comuns. Neste contexto, a comunicação direta e presencial com os parceiros foi privilegiada e aconteceu através das Assembleias Gerais/Assembleias de Parceiros da ADICES, em sessões de trabalho, reuniões (formais e informais) bem como em momentos de debate e reflexão. A ADICES recorreu, também, a diversos suportes externos nomeadamente com o envolvimento dos órgãos de comunicação social local e regional, com a criação e elaboração de comunicados de imprensa e sessões de trabalho nas quais se mobilizam estes órgãos para temáticas relevantes no território. A disseminação de informação através de suportes de informação virtuais, nomeadamente, a "página web" da ADICES e o "facebook", e a articulação com os portais de outros parceiros, configurou-se como uma ferramenta fundamental de apoio à organização e divulgação do território.



PACTO 2020 – REDE

A ADICES participou em órgãos e projetos locais, nacionais e transnacionais, participação em seminários, encontros e congressos e mobilização de parceiros em iniciativas da associação.

No que concerne a este objetivo, durante o ano de 2021 pretendeu dar-se continuidade à participação e envolvimento da ADICES no trabalho desenvolvido pelos parceiros no território, nomeadamente: a participação nas Redes Sociais de Carregal do Sal, de Mortágua, de Santa Comba Dão, e Tondela; participação no Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão, envolvimento ativo no Núcleo Executivo da Rede Social de Mortágua e de Santa Comba Dão; a ADICES acompanhou e participou ainda, em algumas iniciativas no âmbito da promoção da Rede Regional de Empreendedorismo desenvolvidas pelas CIM Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra.

Iniciativas Locais, Nacionais e Internacionais

Durante o ano de 2021, a equipa técnica participou em diversas iniciativas locais, nacionais e internacionais relevantes para as temáticas de trabalho da associação e para a preparação do próximo período de programação nomeadamente, seminários; encontros e “workshops”; sessões técnicas sobre incentivos financeiros e sessões/formações.

São exemplo dessas participações as seguintes iniciativas que passamos a apresentar:

- ✓ Participação em reunião via zoom no âmbito do projeto F4F - **FOREST for FUTURE**, dinamizado pelo SERQ;
- ✓ Participação na Ação de formação Profissional de “Metodologias de Avaliação e Monitorização das estratégias de Desenvolvimento Local” – 20 Horas (Online) – promovido pela ADIV – Associação para o Desenvolvimento e Investigação de Viseu
- ✓ Participação online na reunião sobre o aviso da candidatura ao Património Identitário dos Territórios – Centro 2020;
- ✓ Participação online na Conferência nacional PROSOArural, organizada pela INOVA.
- ✓ Participação online na Sessão de trabalho sobre a “Estratégia para a Valorização e Salvaguarda da Dieta Mediterrânica”, dinamizada pelo Centro de Competências Dieta Mediterrânica;
- ✓ Participação online na Reunião de Trabalho da Autoridade de Gestão do PDR2020;
- ✓ Participação no webinar sobre “Turismo Industrial em Portugal” organizado pelo IFAP;
- ✓ Participação em Reuniões via Zoom com os GAL parceiros do Projeto “Aldeias de Portugal”;
- ✓ Participação em Reuniões via Zoom com a ATA – Associação Turismo de Aldeia no âmbito do projeto “Aldeias de Portugal”;
- ✓ Participação Online na reunião sobre Estratégia De Desenvolvimento Rural Regional”, dinamizado pela ADDLAP;
- ✓ Participação no webinar sobre “Instrumento de Recuperação Europeu, compreender o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, dinamizado pela CAP.
- ✓ Participação na Reunião do Núcleo Executivo do CLAS de Mortágua em Mortágua;

- ✓ Participação no webinar sobre “Floresta e Territórios Florestais no PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, dinamizado pela CAP;
- ✓ Sessões de Esclarecimento sobre o programa + COESO no Território da ADICES: Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela;
- ✓ Participação online na reunião do projeto “FOOD CORRIDORS – Empowering Territorial Food Corridors within the European Union” – no âmbito do Programa URBACT, dinamizada pela CIM Região de Coimbra;
- ✓ Participação na Reunião de Trabalho sobre a “Retoma da Promoção do Turismo da Região de Coimbra; dinamizado pela CIM de Coimbra;
- ✓ Reunião de trabalho sobre DLBC – Módulo Notificações e Sanções, para os GAL, dinamizada pelo IFAP;
- ✓ Participação na inauguração do Parque Botânico de Vale Domingos – Rota das Magnólias, em Águeda;
- ✓ Participação online na Reunião de Trabalho sobre a “Retoma Promoção para a Cultura e Turismo da Região de Coimbra; dinamizado pela CIM de Coimbra;
- ✓ Participação online na Oficina Prática e Conhecimento sobre “Aldeias de Bem-Estar na Mudança do Paradigma”, dinamizado pelo CLAS de Tondela;
- ✓ Participação na Sessão Trabalho online sobre “Circuitos Curtos”, dinamizado pela CIM Coimbra;
- ✓ Participação na Sessão Trabalho online sobre “Agricultura Familiar, Conhecimento, Organização e Linhas Estratégicas”, dinamizada pela Federação Minha Terra;
- ✓ Participação no Webinar sobre “Economia Circular”, dinamizado pela CIM Coimbra;
- ✓ Participação na Reunião do CLAS de Tondela;
- ✓ Participação online no Colóquio “Potencial Económico da Diáspora, dinamizado pela Federação Minha Terra;
- ✓ Participação online na Sessão de trabalho sobre “LEADER/DLBC 2030”, dinamizado pela Federação Minha Terra;
- ✓ Participação online no Evento “Guia de Viagem a uma Economia Competitiva” dinamizado pelo IAPMEI;
- ✓ Participação no Webinar “A Mudança começa na Cultura (da Empresa), dinamizado pelo IAPMEI;
- ✓ Participação/Organização de Sessões de Apresentação do Projeto “Aldeias de Portugal” nos concelhos de intervenção, Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela;
- ✓ Participação na Cerimónia “Região de Coimbra - Região Europeia de Gastronomia 2021 - 2022”, dinamizado pela CIM Região de Coimbra;
- ✓ Participação na Reunião de Trabalho sobre “Valorização Económica da Pinha e do Pinhão” dinamizado pela CIM Dão Lafões;
- ✓ Participação na Reunião de Trabalho do CEDI – Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da CIM Dão Lafões;
- ✓ Participação na Reunião de Trabalho do CEDI – Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal da CIM Coimbra;
- ✓ Participação no Webinar sobre “O Papel das Presidências do Conselho da EU no desenvolvimento das Relações com África”; dinamizado de ONGD;

A.

- ✓ Presença na Reunião do Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão, em Santa Comba Dão;
- ✓ Participação na Assembleia Geral da Federação Minha Terra, dinamizada em Idanha a Nova;
- ✓ Participação online na Sessão - Desenvolvimento Rural, Abordagem Territorial e o Papel das ADL em Portugal: do LEADER (1991) ao PDR2020, dinamizado pela Federação Minha Terra;
- ✓ Participação na Reunião do CLAS de Carregal do Sal;
- ✓ Participação/Organização de Sessões de Apresentação do Projeto “Carta Gastronómica” nos concelhos de intervenção, Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela;
- ✓ Participação no Evento – VIII Capitulo Confraria Enogastronómica do Botaréu, Águeda;
- ✓ Participação no Evento dos 30 anos do Programa LEADER em Ponte de Lima, dinamizado pela Federação Minha Terra e os GAL;
- ✓ Participação numa iniciativa do projeto LIFE ÁGUEDA - Ações de conservação e gestão para peixes migradores na bacia hidrográfica do Vouga, em Águeda;

Empreendedorismo

Participação na Plataforma de Cooperação Institucional organizada em Redes no âmbito da estratégia Portugal 2020, na qual a região Viseu Dão Lafões viu aprovado o seu Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial 2020 (PDCT 2020), a ADICES participou, nas reuniões da Plataforma - Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo. Estas Redes têm por objetivo central assegurar a relevância e a eficácia dos projetos concebidos e a executar no âmbito do PDCT e, designadamente, animar/dinamizar, suportar e monitorizar intervenções concebidas e desenvolvidas na região, pelos seus atores, dirigidas a públicos diferenciados e com necessidades diversas.

Os trabalhos decorreram ao longo do ano de 2021, tendo o objeto dos mesmos sido candidatado a um aviso da RIS3.

Paralelamente a ADICES em parceria com o Município de Mortágua o SERQ- Centro de Inovação e Competências da Floresta , juntamente com mais dezassete (17) Entidades Parceiras, candidatou-se ao Aviso do Projeto Piloto para a Constituição de uma Rede Regional para a Valorização da Fileira da Floresta na Região Centro, nº Centro - 64 - 2019 - 05, no sentido de implementar naquele Município um projeto piloto na área da floresta denominado “F4F- FOREST for the FUTURE “, sendo o SERQ a Entidade Gestora.

No âmbito da Rede de Empresas e Empreendedorismo a CIM Viseu Dão Lafões, organizou um grupo de trabalho com o objetivo de implementar um projeto piloto para a valorização da pinha e do pinhão - concelho de Carregal do Sal. São parceiros neste grupo de trabalho, a CIM, o Município de Carregal do Sal, o Prof. Rosa Pires, a AIRV, o IPV, a ESAV, o Prof. Alfredo Simões e a ADICES.



CLDS 4G - VIVER SANTA COMBA DÃO

Apresentamos de forma sucinta as atividades desenvolvidas pela equipa do CLDS 4G – Viver + Santa Comba Dão, durante o ano de 2021.

Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação

Atividade 1

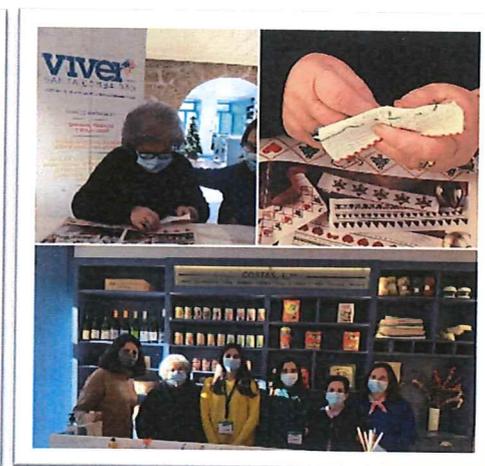
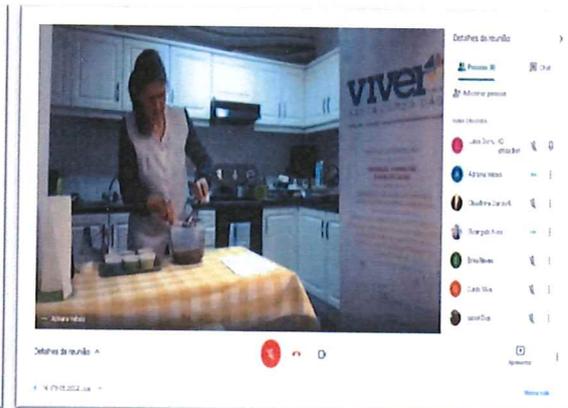
- Sessões de divulgação de técnicas de procura de emprego
- Sessões de divulgação de técnicas de procura de emprego
- Sessões de Acompanhamento individual na criação do perfil e marca pessoal
- Sessões de "Criação do meu modelo de trabalho"

Atividade 2

- Divulgação de Ofertas de emprego
- Construção de uma base de dados de desempregados e encaminhar as ofertas
- Ações de esclarecimento sobre as medidas ativas de emprego
- Avaliação do perfil de competências da pessoa em situação de desemprego

Atividade 3

- Gabinete de apoio e promoção do empreendedorismo
- Oficina de competências
- Oficina de Croché;
- Cozinhar com os ingredientes do dia-a-dia
- Marketing Digital: E-consumidor
- Marketing Digital: Planeamento Estratégico
- Internet e Redes Sociais: Facebook enquanto ferramenta de Marketing
- Internet e Redes Sociais: Instagram e LinkedIn
- Sites/ Motores de pesquisa: Introdução ao Google Ads
- Sites/ Motores de pesquisa: Introdução ao Mobirise
- Ideias Fora da Caixa
- Oficina de Bordados – Ponto Pé de Flor
- Oficina de Bordados – Ponto Cruz de Natal
- Perfil do Profissional de Atendimento de Vendas
- Etapas do Processo de Atendimento
- Atendimento Orientado para o Cliente
- O Cliente e o Mecanismo de Compra
- Vendas à Distância
- Receção e Tratamento de Reclamações



Atividade 4

Divulgação de ofertas de qualificação

Atividade 5

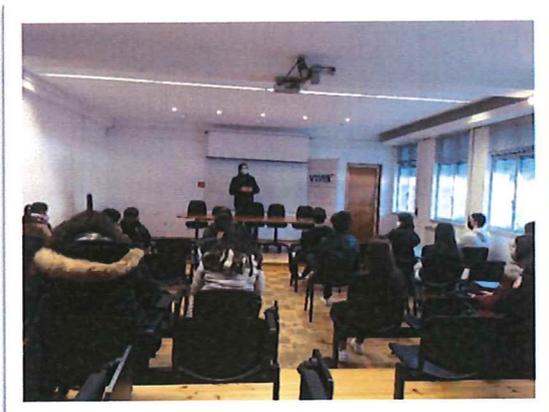
Ações de esclarecimento sobre as medidas ativas de emprego
 Divulgação as ofertas de emprego das empresas e instituições
 Divulgação junto das empresas e instituições dos perfis dos candidatos

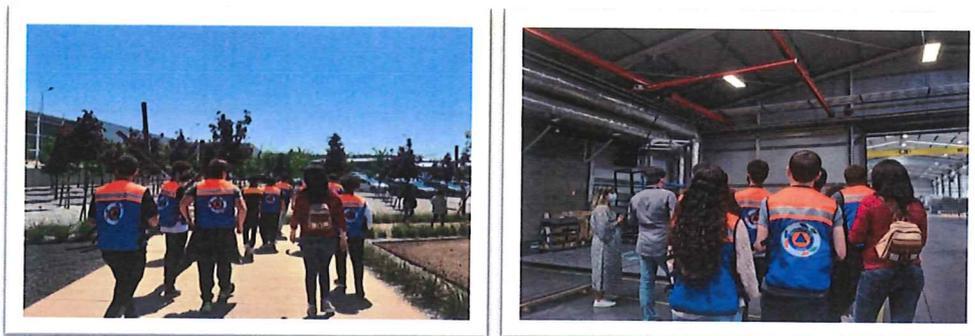
Atividade 6

- Bootcamps
- Sessões de Coaching
- Oficinas de competências **(as fotografias destas oficinas já estão na atividade 3):**
 - Marketing Digital: E-consumidor
 - Marketing Digital: Planeamento Estratégico
 - Internet e Redes Sociais: Facebook enquanto ferramenta de Marketing
 - Internet e Redes Sociais: Instagram e LinkedIn
 - Sites/ Motores de pesquisa: Introdução ao Google Ads
 - Sites/ Motores de pesquisa: Introdução ao Mobirise
 - Ideias Fora da Caixa
 - Sessão de Empreendedorismo
 - Perfil do Profissional de Atendimento de Vendas
 - Etapas do Processo de Atendimento
 - Atendimento Orientado para o Cliente
 - Vendas à Distância
 - Receção e Tratamento de Reclamações

Atividade 7

- Visita a empresas de sucesso nacional – Visita ao Grupo TESTA
- Ação de sensibilização com jovens empreendedores Miguel Costa e Micael Batista
- Street Work



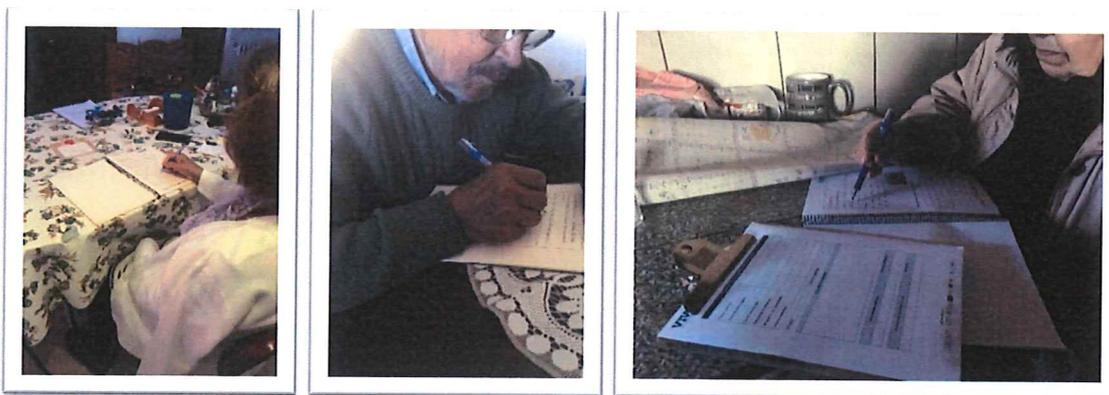


Eixo 3 – Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa

Atividade 8

Ações socioculturais que promovam o envelhecimento ativo e a autonomia das pessoas idosas.

- Competições de Jogos Tradicionais
- Sessões de Cinema
- Cinema Móvel
- Clubes temáticos
- Recolha de conteúdo de memória sobre artes e ofícios e lifestyle
- Ações Culturais por freguesia
- Produção e edição multimédia sobre a identidade do concelho



Atividade 9

- Sessões de esclarecimento e sensibilização:
 - Ondas de Calor – em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade, na localidade de Vila de Barba;
 - Consciencialização da violência contra a Pessoa Idosa – em parceria com GNR – Destacamento Territorial de Santa Comba Dão, nas localidades de Nagozela e Vila Pouca;
 - Alzheimer – sessões nas localidades de Chamadouro, Vila de Barba e Treixedo;

- Vagas de Frio – em parceria com os Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão, nas localidades de Casal Maria, Vimieiro e Cagido.

- Comemoração de Datas Especiais:
 - Dia da Mulher
 - Dia do Pai
 - Páscoa
 - Dia dos Avós
 - Dia do Amigo
 - Dia da Fotografia

- Espaço Infor65+

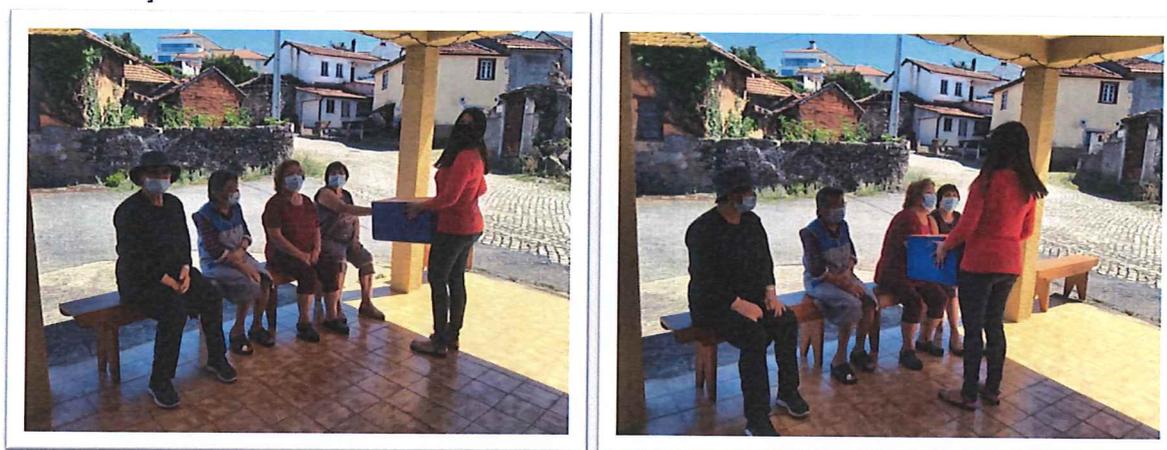
- Encontros intergeracionais
 - Passeios culturais e recreativos – Quartel dos Bombeiros e Museu do Rancho Folclórico e Etnográfico de São Joaninho





Atividade 10

- Ações de informação/ sensibilização sobre o voluntariado
- Ações de recolha de bens



Eixo 4 - Auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários.

Atividade 11

Operacionalização:

- Ações de capacitação/ sensibilização, divididas pelas seguintes temáticas:
 - *Fique em casa*
 - *Vagas de Frio*
 - *Cozinhar com os Ingredientes do dia-a-dia*
 - *Reanimar a brincar.*
 - *Cuidado com as Burlas*
 - *Ondas de Calor*
 - *Proteção de Pessoas e Bens em caso de incêndio.*
 - *Por um dia vou ser Bombeiro*

- *Queima de amontoados em segurança*
- *Vagas de Frio*

➤ Ações de revitalização de associações e coletividades



Atividade 12

- Gabinete Descentralizado
- Projeto de Inclusão Digital
- Plano Cultural:
 - Carnaval Online
 - Dia Internacional da Mulher
 - Lenda de Santa Comba Dão
 - Comemoração do Dia da Espiga
 - I Concurso de Manjericos
 - Advinha a música
 - Jogando com os Provérbios Populares
 - Magusto de São Simão



9 - COOPERAÇÃO

A medida da Cooperação constituiu-se um excelente instrumento de atuação pelo conhecimento que proporciona e pela experiência que transporta. No entanto a atividade em 2021, tal como em 2020, no que respeita a este eixo de atuação foi ainda fortemente condicionada pela pandemia da COVID 19.

Projeto de Cooperação Transnacional: “Economia Verde – uso múltiplo da floresta”

Dando sequência à execução deste projeto, realizou-se em Tampere na Finlândia de 18 a 23 de outubro, a conferência final, a qual encerrou o ciclo de iniciativas realizadas em cada um dos territórios parceiros e que decorreram desde 2018 até à presente data.



Tratou-se de um projeto de cooperação transnacional apoiado no âmbito da Medida 10 – DLBC/Abordagem LEADER do PDR2020- Programa de Desenvolvimento Rural que integra parceiros de Finlândia, Suécia, Luxemburgo e Portugal, especificamente as Associações de Desenvolvimento Local ADELO, ADICES e DUECEIRA e objetiva o intercâmbio de conhecimentos, a criação de uma rede de

contactos e a partilha de ideias, experiências, projetos e boas práticas em torno do Uso Múltiplo da Floresta.

Do Programa da conferência o realce para as sessões plenárias, nas quais foram abordadas temáticas tais como:

- a gestão sustentável da floresta;
- a conservação da natureza e biodiversidade;
- a produção e utilização de energia florestal;
- a emissão e sequestro de carbono e a bioenergia;
- a conceção de plataformas digitais de serviços florestais;
- a inovação no sector florestal;
- o turismo de natureza entre outras tantas mais temáticas associadas.



Constaram ainda do Programa, visitas de campo a projetos e iniciativas locais demonstrativos como o GeoParque de Lauhanvuori-Hämeen kangas, o Campus da Escola Kaarnas e o Museu Florestal na cidade de Parkano entre outros locais classificados no âmbito da Rede Natura2000.

A comitiva portuguesa foi formada por Coordenadores e Diretores dos 3 Grupos de Ação Local, incluindo representantes autárquicos de alguns dos concelhos que integram as parcerias locais destas Associações de Desenvolvimento. Recorde-se que em 2018 e 2019 já tinham decorrido visitas e conferências na Suécia, Luxemburgo e em Portugal, com o mesmo propósito. Perspetiva-se a continuidade deste projeto no próximo período de programação 2021-2027 porquanto as preocupações ambientais e necessária preservação, conservação e valorização da Natureza em geral e da Floresta em particular se manifestam como temáticas prementes e extremamente atuais.

Projeto de Cooperação Interterritorial: “Aldeias de Portugal”

Este projeto de cooperação interterritorial pretende reforçar o tecido demográfico das regiões mais isoladas, promovendo as aldeias e capacitando a sua comunidade; valorizar o património cultural para os territórios e consolidar a rede “Aldeias de Portugal”, alargando a sua representatividade a nível nacional.

A ADICES em parceria com os seus Municípios iniciou o processo de classificação de 5 aldeias para integrarem a rede de “Aldeias de Portugal”, projeto a nível nacional sendo uma classificação da ATA - Associação de Turismo de Aldeia.

As aldeias propostas para a classificação de “Aldeias de Portugal” foram: Macinhata do Vouga em Águeda, Oliveira do Conde em Carregal do Sal, Marmeleira em Mortágua, Couto do Mosteiro em Santa Comba Dão e Jueus em Tondela. Pretendeu-se classificar estas 5 aldeias enquanto zonas rurais com elevado potencial turístico, com forte atividade no setor primário, e que mantém uma vivência quotidiana pautada pela presença de pessoas e atividades permanentes na aldeia e áreas envolventes.

Este processo de classificação passou pela contratação da ATA - Associação de Turismo de Aldeia, que avalia os requisitos de cada aldeia, mas envolve também outras dinâmicas e que se caracterizam pela promoção da aldeia com base na sua identidade, a promoção e preservação das práticas e tradições culturais, a valorização dos recursos locais (património, artesanato, gastronomia, animação), reforçando o sentimento de pertença junto destas pequenas comunidades.

No âmbito deste projeto a ADICES no mês de junho realizou nos cinco concelhos de intervenção várias reuniões para apresentação e arranque deste projeto de classificação das nossas Aldeias.

Apresentamos algumas desses momentos de trabalho:



R.

10 – OUTROS ASSUNTOS

Projeto: “Carta Gastronómica da Região”

A “Carta Gastronómica da Região” nasce de uma candidatura à CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (Autoridade de Gestão Centro 2020), enquadrada no Aviso de Concurso “Valorização do património identitário dos territórios no âmbito do desenvolvimento local de base comunitária”, visando a criação da “Carta Gastronómica da Região”.

A sua elaboração assenta em três eixos fundamentais: a recuperação e repositório através da criação de inventário das receitas tradicionais, ao mesmo tempo que identifica, cataloga e caracteriza os produtos tradicionais, levando à elaboração de fichas de identificação das receitas tradicionais; capacitação e divulgação das fichas de identificação do receituário junto de estabelecimentos de ensino e restaurantes a par da capacitação de recursos humanos na hotelaria, restauração e animação turística; criação de identidade gráfica e edição da carta gastronómica.

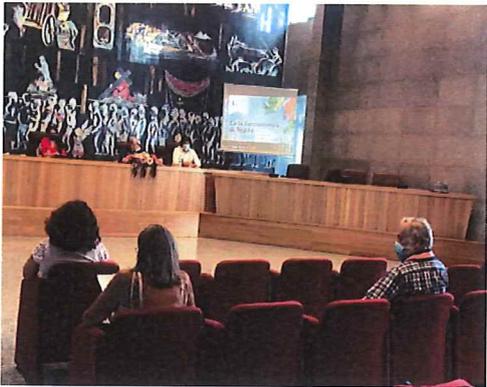
O projeto “Carta Gastronómica da Região” visa a construção de um instrumento de valorização do território através da conceção, produção e desenvolvimento de uma ferramenta determinante para a sua promoção, divulgação e consolidação junto das comunidades locais e público em geral, com envolvimento particular dos agentes locais de restauração, alojamento e animação turística.

Sendo a gastronomia muito mais do que um conjunto de receituários e produtos, a elaboração desta Carta Gastronómica irá permitir aproximar a oferta existente às práticas identitárias locais, promovendo uma cozinha de autenticidade onde a história das receitas e produtos são assimiladas pelos agentes locais. Permitirá também, o aumento da visibilidade territorial e o fomento das dinâmicas económicas locais bem como, a valorização da gastronomia enquanto um ativo único e inigualável, que se assume como memória e pertença local que atraia visitantes e turistas ao território.

Esta iniciativa para além de se suportar na parceria estabelecida com os municípios do território da ADICES (Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela), está alinhada com as estratégias das Comunidades das Comunidades Intermunicipais da Região de Aveiro, Região de Coimbra e Viseu Dão Lafões, contando ainda com a recomendação da Comissão Vitivinícola da Região do Dão, da Comissão Vinícola da Bairrada e da Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas.

No âmbito das iniciativas de dinamização e divulgação do projeto foram realizadas no mês de julho, sessões de apresentação pública nos cinco concelhos de intervenção da ADICES. Os destinatários nesta fase do projeto, foram essencialmente membros dos municípios, das juntas de freguesia, restauração, confrarias e cooperativas do território.

Apresentamos de seguida alguns momentos das sessões dinamizadas



A ADICES – Associação de Desenvolvimento Local, juntamente com os Municípios de Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela têm o prazer de anunciar o projeto “Carta Gastronómica da Região”, que contará com sessões de apresentação pública a decorrer de 19 a 23 de Julho, consoante o programa a baixo descrito.

A “Carta Gastronómica da Região” para além de se suportar na parceria estabelecida com os municípios está alinhada com as estratégias das Comunidades Intermunicipais da Região de Aveiro, Região do Centro e Viseu Dão Lafões, contando ainda com a recomendação da Comissão Vitivinícola da Região do Dão, da Comissão Vitivinícola da Beira e da Federação Portuguesa das Confederações Gastronómicas.

Tem como objetivo a valorização ampla da gastronomia enquanto ativo único e inovável, que se assume como memória e património local, igualmente pretende aumentar a visibilidade territorial com a realização de dinâmicas económicas locais.

Agradecemos a confirmação da sua presença até um dia antes da cerimónia, consoante a data selecionada para a sua comunidade.

Questões e esclarecimentos contactar: 232 880 060 ou adices@adices.pt

CARREGAL DO SAL	TONDELA	SANTA COMBA DÃO
19	20	21
ADIAADO	JULHO 2021	JULHO 2021
15:00	15:00	15:00
Sala Nobre da Câmara Municipal	Biblioteca Municipal Toró e Ebburo	Auditeira Municipal
MORTÁGUA	ÁGUEDA	
22	23	
JULHO 2021	JULHO 2021	
15:00	15:00	
Sala Nobre da Câmara Municipal	Sala Nobre da Câmara Municipal	

Apela-se à colaboração de todos no cumprimento das normas emanadas da DGS.



Projeto: F4F - “Forest For The Future”

O projeto F4F – “Forest For The Future” é um projeto piloto para a constituição de uma rede regional para a valorização da fileira da floresta da região centro, e que vai ser implementado no concelho de Mortágua. Tem como principal objetivo a demonstração de tecnologias inovadoras que permitam aumentar a cadeia de valor da fileira florestal, com particular ênfase para a fileira do pinho. São incluídas as várias fases da cadeia, desde as plantas até aos produtos finais.

As ações de demonstração baseiam-se em projetos piloto e provas de conceito realizadas em contexto real, tendo em atenção as várias realidades do território da região Centro. Para garantir o sucesso das ações são envolvidos, com uma forte articulação entre si, a totalidade dos agentes económicos com intervenção em cada componente, que globalmente vão desde os produtores florestais aos utilizadores finais.

O Projeto assenta em quatro ações fundamentais, designados de Pilares:

- 1) Plantas e Viveiros;
- 2) Gestão Florestal;
- 3) Indústria; e
- 4) Floresta multiusos.

Os 4 Pilares da Visão Global do Projeto F4F:



Em 2021 realizaram-se várias reuniões de trabalho com os diversos parceiros do projeto, que tiveram por objetivo reorganizar as ações previstas para o território, mas que derivado à pandemia tiveram de ser reajustadas.

11 - CONTAS 2021

O ano 2021 foi marcado pela continuidade do PDR2020 com a continuação do trabalho nas medidas 10.2., a Cooperação com os projetos “Green Economy” e “Aldeias de Portugal”, com o SI2E, o + CO3SO, o “Contrato Local de Desenvolvimento Social” - CLDS - 4G em Santa Comba Dão, o “Forest For The Future” - F4F em Mortágua e a “Carta Gastronómica da Região” - no âmbito do aviso da Valorização do Património Identitário do Território e o encerramento da medida 10.4.1.- Funcionamento e animação, tudo isto presente num ano de grandes constrangimentos para todos nós, marcado pela pandemia COVID 19.

Importa salientar que, a contabilidade da ADICES se encontra organizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e que, para uma análise adequada dos valores das contas, encontram-se em anexo os documentos produzidos pelos serviços de contabilidade, de acordo com a Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), no anexo 1 - Balanço; anexo 2 - Demonstração de Resultados por Natureza, anexo 3 – Demonstração de Fluxos de Caixa e anexo 4 – Anexo às Demonstrações Financeiras, para o ano de 2021.

Seguidamente, analisa-se a situação das contas, no que respeita às questões que se referem aos rendimentos e aos custos.

Demonstração de Resultados por Naturezas

A demonstração de resultados por naturezas revela um resultado líquido negativo do período, no valor de 39.050,48€, cuja estrutura de Proveitos e Gastos se apresenta:

- Subsídios, Doações e Legados à exploração (75) = +270.097,07 €
- Fornecimentos e Serviços Externos (62) = - 91.840,65€;
- Gastos com o Pessoal (63) = - 300.766,90€;
- Gastos de Depreciação e Amortização (64) = - 5.001,07€;
- Outros Rendimentos (78) = + 93.859,08€;
- Outros Gastos (68) = - 5.452,55€;
- Juros e Rendimentos Similares Obtidos (79) = + 54,52€;
- Resultado Líquido do Período = - 39.050,50€

Para um melhor entendimento dos valores que dão suporte aos dados da demonstração de resultados, passamos a apresentar algumas notas explicativas aos mesmos:

- **Subsídios à exploração (75)** - Esta conta apresenta um saldo de +270.097,07€ que provêm dos subsídios do estado e outros entes, nomeadamente do PRD 2021, do POISE - CLDS-4G, do PO Centro - CCDRC

- **Fornecimentos e serviços externos (62)** - Esta conta apresenta o saldo de 91.840,65€, em custos suportados com o funcionamento da Associação e dos projetos, subdivididos da seguinte forma:

- Trabalhos especializados no valor de 43.697,89€, com especial destaque para a prestação de serviços, da Made In Action, Lda (21.254,40€), da Cancela Contabilidade, Lda (5.535,00€), e da ATA (10.499,99€);
- A publicidade e propaganda no valor de 5.366,17€, com destaque para a aquisição de material publicitário para o CLDS (3.422,77€) e publicação de anúncios e spots publicitários para a promoção e divulgação das medidas do PACTO 2021;
- Vigilância e segurança no valor de 43,05€;
- Honorários no valor de 1.273,20€ com especial relevo para a prestação de serviços dos formadores do CLDS;
- Conservação e reparações no montante de 1.176,46€, com destaque para os serviços de manutenção das viaturas e de equipamentos;
- Outros – Assinaturas de jornais no valor de 407,41€;
- Os materiais no valor de 4.274,27€, com destaque para o material de escritório, cópias e impressões e alguns artigos para oferta, adquiridos no âmbito do CLDS- 4G
- A energia e os fluídos no valor de 7.467,42€, com os custos do consumo energético, consumo de água e consumo de combustíveis para as deslocações relacionadas com o acompanhamento dos projetos do PDR2021, do SI2E, do + CO3SO, do CLDS-4G e do F4F.
- Deslocações, estadas e transportes no montante de 9.215,15€, com as portagens nas deslocações relacionadas com o acompanhamento do PDR2021, do SI2E, do + CO3SO, do CLDS-4G e F4F; com especial incidência com a viagem de cooperação à Finlândia, no âmbito do projeto “Green Economy”
- Serviços diversos, no valor de 18.919,63€ distribuídos por:
 - Rendas e alugueres com o montante de 5.750,49€, relativos à viatura alugada para o CLDS 4G
 - Comunicação no valor de 3.353,10€, relacionada com o acompanhamento PDR2021, do SI2E, do +CO3SO, do CLDS-4G e do F4F e do funcionamento geral da Associação;
 - Seguro das viaturas, multirriscos do edifício e dos painéis solares, no valor de 2.262,55€;
 - Contencioso e notariado no valor de 74,44€;
 - Despesas de representação no valor de 617,95€;
 - Limpeza, higiene e conforto no valor de 1.540,50€;
 - Outros serviços bancários no valor de 3.134,73€, relativos aos custos de manutenção da conta corrente, anuidades dos cartões MB, transferências interbancárias e juros das rendas da viatura;
 - Gastos com a garantia bancária, no valor de 2.185,87€, necessária para o adiantamento obtido no âmbito da Medida 10.4.1. – Funcionamento do PDR2021.

- **Gastos com Pessoal (63)** - Esta conta apresenta o saldo de 300.766,90€. Destacando-se aqui o facto de terem passado a ser 11 os funcionários ao serviço, ao longo do 2021.

Os custos encontram-se repartidos entre:

- Remunerações com o pessoal, que englobam os subsídios de férias e natal, no valor de 231.012,18€;
- Ajudas de custo no valor de 376,50€;
- Encargos sobre remunerações num total de 52.926,02€; em TSU, CGA, ADSE e Fundo de Garantia;
- Seguros de acidentes de trabalho no valor de 3.075,13€;
- Medicina no Trabalho num total de 709.99€;
- Subsídio de alimentação dos técnicos no valor de 11.467,08€;
- Abono para falhas no valor de 1 200,00€.

- **Outros Rendimentos (78)** - Esta conta apresenta um saldo de 93.859,08€, com especial destaque para os rendimentos que advêm das quotizações dos associados, no valor de 74.820,00€, a receita proveniente da miniprodução de energia dos painéis fotovoltaicos instalados no edifício da Associação, no valor de 3.445,21€. E ainda as indemnizações relativas aos sinistros ocorridos na Associação, relativa à ocorrência em 2 computadores no montante de 390,53€ e no edifício da ADICES no montante de 15.203,34€.

- **Outros Gastos (68)** - Esta conta apresenta um saldo de 5.452,55€, com destaque para:

- Impostos no montante de 3.352,53€, com especial destaque para o IMI e o IUC;
- Quotizações da FMT - Federação Munha Terra e da ATA – Associação do Turismo de Aldeia, no montante de 2.100,00€;

- **Juros e rendimentos similares obtidos (79)** - Esta conta apresenta um saldo de 54,52€ relativo aos juros obtidos das aplicações financeiras.

- **Resultado líquido do período (818)** - Esta conta apresenta um saldo negativo de 39.050,50€.

Balanço

Para um melhor entendimento dos valores que dão suporte aos dados do balanço, passamos a apresentar algumas notas explicativas aos mesmos:

Ativo não corrente: 916.437,36€

- Ativos Fixos Tangíveis (43) - Esta conta apresenta um saldo de 783.973,49€, distribuído entre terreno, edifício e outras construções, equipamento administrativo e de transporte e as depreciações acumuladas.
- Ativos Intangíveis (44) - Esta conta apresenta um saldo de 1.051,65€, devido à aquisição de programas para computadores.
- Investimentos Financeiros (14/41) - Esta conta apresenta o saldo de 131.412,22€, em que 125.000,00€ correspondem aos ativos financeiros, 4.000,00€ correspondem à participação da ADICES no Capital Social da ProRegiões, Lda e 2.412,22€ ao Fundo de compensação do trabalho.

Ativo corrente: €339.004,20

- Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros (26) - Esta conta apresenta o saldo de 10 000,00€, que diz respeito ao capital subscrito na ProRegiões, Lda.
- Outros ativos correntes (27) - Esta conta apresenta o saldo de 236.823,21€, que engloba os valores a receber, relativos aos projetos.
- Caixa e Depósitos bancários (11/12) - Estas contas apresentam o saldo de 92.180,99€.

Fundos Patrimoniais: €1.238.406,83

- Resultados Transitados (56) - Apresentando o saldo de 823.531,19€ resultados transitados de anos anteriores.
- Excedentes de revalorização (58) - Apresentando o saldo de 648.437,26€, valor atribuído ao património da ADICES (edifício sede, viaturas, equipamentos administrativos e outros).
- Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais (59) - Apresentando o saldo de 194 511,12€, que diz respeito à doação dos *Dumpers* ao Município e Juntas de Freguesia de Carregal do Sal, ocorrida em 2014.
- Resultados líquidos do período (818) - Esta conta apresenta o saldo de - 39.050,50€.

Passivo corrente: €17.034,73

- Fornecedores (22) – 7.877,10€ - Valor que diz respeito a faturas em trânsito e a regularizar em 2022.
- Estado e outros entes Públicos (24) - Esta conta apresenta o saldo de 9.157,63€ e refere-se a valores relativos a Segurança Social, IRS, CGA, ADSE, a regularizar em janeiro de 2022.

R.

CONCLUSÃO

A análise económico-financeira apresentada sintetiza a situação patrimonial e financeira e os resultados alcançados pela ADICES em 2021.

Pelo exposto conclui-se que a ADICES obteve um Resultado Contabilístico negativo no exercício de 2021 no valor de 39.505,50€, diminuindo assim os seus Fundos Patrimoniais neste valor.

A Direção propõe à Assembleia-geral, a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2021 e ainda que os resultados sejam contabilizados como resultados transitados.

ADICES – Associação de Desenvolvimento Local

Santa Comba Dão, 29 março de 2022

PL

ANEXOS

pl.

Balanço (31.12.2021)

ATIVO	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	
Bens do património histórico e cultural	
Ativos Intangíveis	
Investimentos Financeiros	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	
Outros créditos e ativos não correntes	
Ativo corrente	
Inventários	
Créditos a receber	
Estado e outros entes públicos	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	
Diferimentos	
Outros ativos correntes	
Caixa e depósitos bancários	
Total do ativo	

NOTAS	DATAS	
	31-12-2021	31-12-2020
9	783 973.49	779 768.01
	1 051.65	1 051.65
16	131 412.22	130 511.45
	916 437.36	911 331.11
		0.00
11		0.00
12		0.00
	10 000.00	10 000.00
13	236 823.21	92 388.57
4 e 14	92 180.99	276 279.26
	339 004.20	378 667.83
	1 255 441.56	1 289 998.94

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	
Fundos	
Excedentes técnicos	
Reservas	
Resultados transitados	
Excedentes de revalorização	
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	
Resultado líquido do período	
Total dos fundos patrimoniais	
PASSIVO	
Passivo não corrente	
Provisões	
Provisões específicas	
Financiamentos obtidos	
Outras dívidas a pagar	
Passivo corrente	
Fornecedores	
Estado e outros entes públicos	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	
Financiamentos obtidos	
Diferimentos	
Outros passivos correntes	
Total do Passivo	
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	

	823 531.19	782 519.06
	648 437.26	648 437.26
	-194 511.12	-194 511.12
	-39 050.50	41 012.13
	1 238 406.83	1 277 457.33
	0.00	0.00
15	7 877.10	3 036.77
12	9 157.63	9 504.84
	17 034.73	12 541.61
	17 034.73	12 541.61
	1 255 441.56	1 289 998.94

Demonstração de Resultado por Natureza (31.12.2021)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados			
Subsídios, doações e legados à exploração		270 097.07	299 557.33
Variação nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	5	-91 840.65	-56 785.43
Gastos com o pessoal	6	-300 766.90	-236 949.21
Gastos de Depreciação e Amortização		-5 001.07	-6 237.47
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	7	93 859.08	81 309.60
Outros gastos	8	-5 452.55	-39 942.01
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		-39 105.02	40 952.81
Gastos / reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-39 105.02	40 952.81
Juros e rendimentos similares obtidos	10	54.52	59.32
Juros e rendimentos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		-39 050.50	41 012.13
Imposto sobre o rendimento do exercício			
Resultado líquido do período		-39 050.50	41 012.13



Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Direto)

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2021	2020
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		0.00	0.00
Pagamentos a Fornecedores		-97 293.20	-61 685.03
Pagamentos ao Pessoal		-300 766.40	-236 949.21
Caixa gerada pelas operações		-398 059.60	-298 634.24
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		347.71	14.85
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		-51 431.72	114 429.96
Fluxos das actividades operacionais (1)		-449 143.61	-184 189.43
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-4 205.48	-60.13
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros		-900.77	-570.12
Outros Activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Activos			
Subsídios ao investimento		270 097.07	189 217.61
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos das actividades de investimento (2)		264 990.82	188 587.36
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		54.52	59.32
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de actividades de financiamento (3)		54.52	59.32
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-184 098.27	4 457.25
Efeitos das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		276 279.26	271 822.01
Caixa e seus equivalentes no fim do período		92 180.99	276 279.26

Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2021)

NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais				Resultado líquido do período
	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	782 519.06	0.00	648 437.26	-194 511.12	41 012.13	1 277 457.33	0.00	1 277 457.33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														0.00
Alterações de políticas contabilísticas														0.00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														0.00
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														0.00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														0.00
Ajustamentos por impostos diferidos							41 012.13	0.00	0.00	0.00	0.00	-39 050.50		0.00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							41 012.13	0.00	0.00	0.00	-80 062.63	-39 050.50		0.00
														-39 050.50
														-39 050.50
														0.00
														0.00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	41 012.13	0.00	0.00	0.00	-80 062.63	-39 050.50	0.00	-39 050.50
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														0.00
Realizações de prémios de emissão														0.00
Distribuições														0.00
Entradas para cobertura de perdas														0.00
Outras operações							0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	823 531.19	0.00	648 437.26	-194 511.12	-39 050.50	1 238 406.83	0.00	1 238 406.83
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N														



Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2020)

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais			Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1		0.00				0.00		686 536.91	648 437.26	-194 511.12	95 982.15		1 236 445.20		1 236 445.20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															0.00
Alterações de políticas contabilísticas															0.00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															0.00
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															0.00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															0.00
Ajustamentos por impostos diferidos															0.00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															0.00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								95 982.15	0.00	0.00					41 012.13
								95 982.15	0.00	0.00					41 012.13
RESULTADO INTEGRAL															
															0.00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															0.00
Realizações de prémios de emissão															0.00
Distribuições															0.00
Entradas para cobertura de perdas															0.00
Outras operações															0.00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1								782 519.06	648 437.26	-194 511.12	41 012.13		1 277 457.33		1 277 457.33
								782 519.06	648 437.26	-194 511.12	41 012.13		1 277 457.33		1 277 457.33

fl.

Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021

1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A ADICES – Associação de Desenvolvimento Local é uma Associação constituída em 21 de janeiro de 1991, com sede na Avenida General Humberto Delgado, nº 19 em Santa Comba Dão e sem fins lucrativos, à qual foi atribuído o número de contribuinte 502 573 430, e constituída por cinco municípios sendo:

- Município de Águeda
- Município de Carregal do Sal
- Município de Mortágua
- Município de Santa Comba Dão
- Município de Tondela

2- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo – ESNL.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

3- PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os dispêndios com reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Imparidade dos Ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Instrumentos Financeiros

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

i) Fornecedores e Outras Dívidas a Terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

ii) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são as que compreendem as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4- FLUXOS DE CAIXA

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2021			31.12.2020		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	352,70		352,70	352,70		352,70
	...			0,00			0,00
	Subtotais	352,70	0,00	352,70	352,70	0,00	352,70
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	91 828,29		91 828,29	275 926,56		275 926,56
	Outros depósitos bancários			0,00			0,00
	...			0,00			0,00
	Subtotais	91 828,29	0,00	91 828,29	275 926,56	0,00	275 926,56
Outros equivalentes de caixa	Títulos de Participação			0,00			0,00
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		92 180,99	0,00	92 180,99	276 279,26	0,00	276 279,26

A.

5- FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2021	2020
Trabalhos Especializados	43 697.89 €	22 128.80 €
Publicidade e Propaganda	5 366.17 €	7 223.66 €
Vigilância e segurança	43.05 €	67.04 €
Honorários	1 273.20 €	1 291.50 €
Conservação e reparações	1 176.46 €	1 351.96 €
Outros	407.41 €	431.50 €
Ferramentas e utensilios de desgaste rápido	14.25 €	9.35 €
Material de escritório	2 477.78 €	2 703.23 €
Artigos para oferta	977.88 €	1 157.49 €
Outros	804.36 €	12.00 €
Eletricidade	4 847.98 €	3 285.35 €
Combustíveis	2 317.34 €	1 774.04 €
Água	302.10 €	251.26 €
Deslocações e estadas	9 215.15 €	408.90 €
Rendas e alugueres	5 750.49 €	1 325.78 €
Comunicação	3 353.10 €	3 159.87 €
Seguros	2 262.55 €	2 241.26 €
Contencioso e notariado	74.44 €	213.05 €
Despesas de representação	617.95 €	370.20 €
Limpeza, higiene e conforto	1 540.50 €	1 820.91 €
Outro serviços	3 134.73 €	3 366.64 €
Gasto com garantias bancárias	2 185.87 €	2 191.64 €
TOTAL	91 840.65 €	56 785.43 €

6- GASTOS COM O PESSOAL

	2021	2020
Vencimentos	231 012,18 €	182 165,71 €
Ajudas de custo	376,50 €	363,95 €
Encargos com remunerações	52 853,01 €	41 725,25 €
Fundo de garantia do trabalho	73,01 €	46,20 €
Seguro de acidentes no trabalho	3 075,13 €	2 023,87 €
Medicina no trabalho	709,99 €	532,95 €
Subsidio de alimentação	11 467,08 €	8 891,28 €
Subsidio de alimentação - formandos	0,00 €	0,00 €
Subsidio de transporte - formandos	0,00 €	0,00 €
Abono para falhas	1 200,00 €	1 200,00 €
Formação externa do pessoal	0,00 €	0,00 €
TOTAL	300 766,90 €	236 949,21 €

fl.

7- OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos incluem os rendimentos a seguir discriminados:

	2021	2020
Quotizações	74 820,00 €	77 314,00 €
Painéis fotovoltaicos	3 445,21 €	2 767,53 €
Ganhos em sinistros	15 593,87 €	1 228,07 €
Correções relativas a anos anteriores	0,00 €	0,00 €
TOTAL	93 859,08 €	81 309,60 €

8- OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas correspondem a gastos relativos às seguintes sub rubricas:

	2021	2020
Impostos directos		
IMI - Imposto municipal sobre imóveis	2 945,51 €	3 294,61 €
Comissões bancárias	0,00 €	0,00 €
IUC das viaturas	407,02 €	278,90 €
Taxas	0,00 €	0,00 €
Quotizações - Minha Terra	2 100,00 €	2 000,00 €
Outros: Acerto de verbas não recebidas em candidaturas	0,00 €	34 368,50 €
Outros gastos e perdas	0,02 €	
TOTAL	5 452,55 €	39 942,01 €

9- ACTIVO FIXO TANGÍVEL

	2021	2020
Terrenos e recursos naturais	1 037,92 €	1 037,92 €
Edifícios e Outras construções	477 621,64 €	477 621,64 €
Equipamento básico	168 270,16 €	168 270,16 €
Equipamento de transporte	38 139,91 €	38 139,91 €
Equipamento administrativo	97 617,67 €	88 411,12 €
Outros ativos fixos tangíveis	39 505,05 €	39 505,05 €
Diminuições		
Depreciações	-38 218,86 €	-33 217,79 €
Quantia escriturada líquida final	783 973,49 €	779 768,01 €

10- JUROS E GASTOS SIMILARES

	2021	2020
Juros suportados	0.00 €	0.00 €
Juros obtidos	54.52 €	59.32 €
	54.52 €	59.32 €

Pe.

11- CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica clientes apresentava as seguintes maturidades:

a Receber	2021	2020
< 90 dias	0,00 €	0,00 €
90 - 180 dias	0,00 €	0,00 €
>180 dias	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	0,00 €

12- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (cativo):

	2021	2020
IRC	432,07 €	445,72 €
IRS - trabalho dependente	2 784,00 €	3 019,00 €
IRS - Trabalho Independente	-309,80 €	-309,80 €
TSU - segurança Social	6 235,04 €	5 773,52 €
ADSE	45,15 €	153,10 €
Caixa Geral de Aposentações	-28,83 €	423,30 €
TOTAL	9 157,63 €	9 504,84 €

13- OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	2021	2020
Acréscimos de rendimentos:		
Interreg III C	0,00 €	0,00 €
Portugal 2020-PDR- Medida 10,4,1	31 976,61 €	-34 954,48 €
Portugal 2020-PDR-Medida 20,2,2	4 966,66 €	4 966,66 €
Portugal 2020-PDR- Medida 10,3,1 - GREEN	34 099,62 €	25 828,83 €
Portugal 2020-PDR-Medida 10,3,1 - Aldeia	11 008,05 €	318,91 €
Portugal 2020-PDR-Medida 10,3,1 - SERRAS	0,00 €	196,99 €
Portugal 2020 - POISE - Inclusão	7 483,61 €	66 936,22 €
Portugal 2020 - CENTRO - FSE	0,00 €	53 926,20 €
Portugal 2020 - PDR - Medida 10.3.1 - MEU	196,99 €	
Portugal 2020 - POISE - CLDS 4G	104 865,18 €	
Portugal 2020 - CENTRO - 08-5864 - FSE	52 403,59 €	
Portugal 2020 - CENTRO - 08-5864 - FSE - 000031	13 406,66 €	
Adiantamentos:		
Adiantamento PDR - Medida 10,4,1	-29 982,31 €	-29 982,31 €
Adiantamento POISE INCLUSAO	0,00 €	0,00 €
Município de Santa Comba Dão	-12,43 €	-12,43 €
Município de Mortágua	-23,57 €	-23,57 €
Municípios - Quotas:		
Município de Santa Comba Dão	1 446,55 €	2 693,55 €
Município de Águeda	6 235,00 €	2 494,00 €
Município de Tondela	-1 247,00 €	
TOTAL	236 823,21 €	92 388,57 €

R.

14- CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica caixa e depósitos bancários apresentava as seguintes composições:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	352,70 €	352,70 €
Depósitos bancários		
CA - Caixa Agricola	33 003,04 €	211 505,81 €
CGD - Caixa Geral de Depósitos	58 825,25 €	64 420,75 €
	92 180,99 €	276 279,26 €

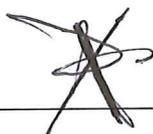
15- FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica fornecedora apresentava as seguintes maturidades:

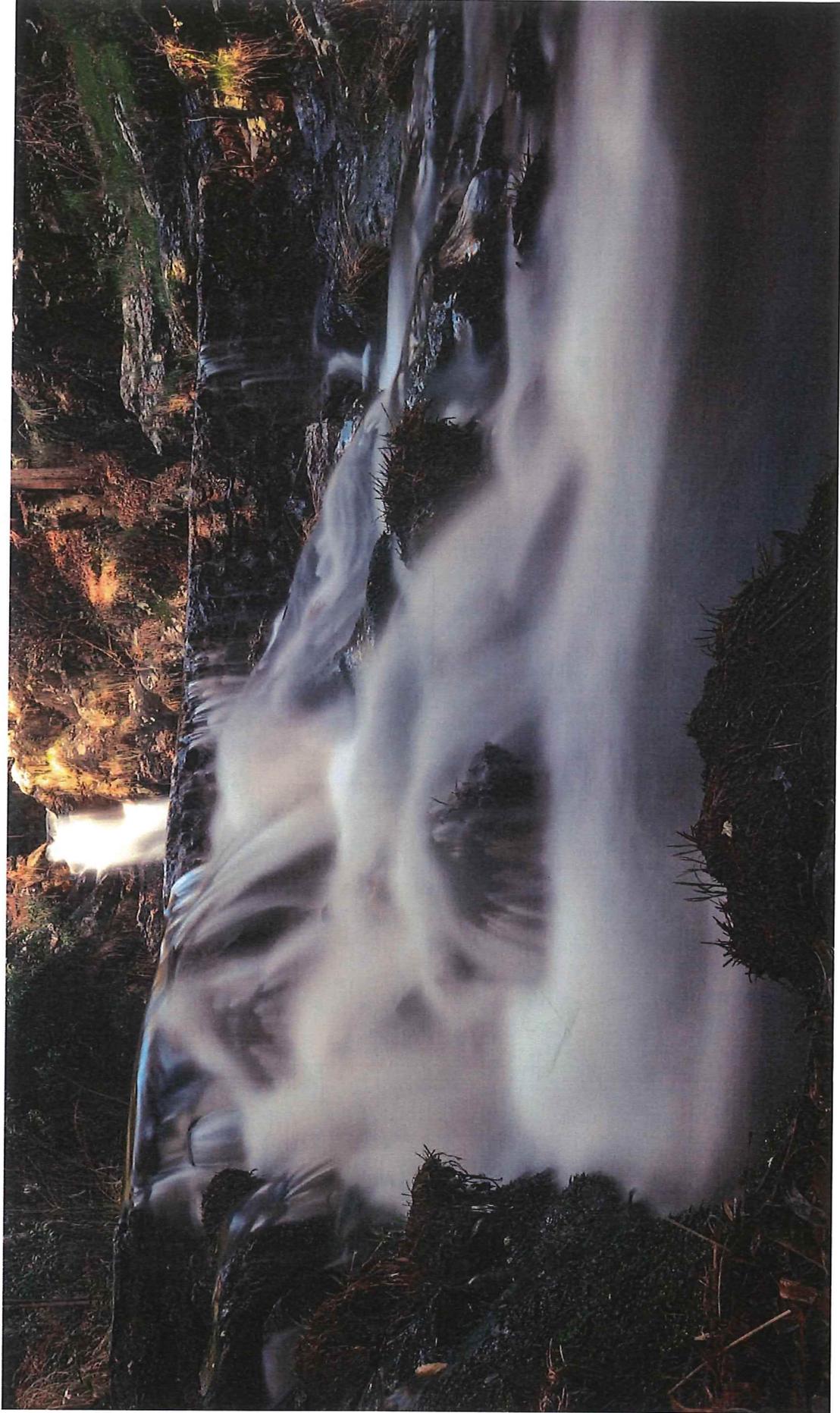
<u>a Pagar</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
< 90 dias	7 877.10 €	3 036.77 €
90 - 180 dias	0.00 €	0.00 €
>180 dias	0.00 €	0.00 €
	7 877.10 €	3 036.77 €

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos Financeiros	125 000.00 €	125 000.00 €
Investimentos Financeiros	6 412.22 €	5 511.45 €
	131 412.22 €	130 511.45 €

A Direção



O Contabilista Certificado



pl.